

Iverson Geraldo da Silva

**VERNEY E A ILUSTRAÇÃO CATÓLICA:
UMA MODERNIDADE SINGULAR**

Dissertação de Mestrado

Juiz de Fora

2008
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IVERSON GERALDO DA SILVA

VERNEY E A ILUSTRAÇÃO CATÓLICA:
UMA MODERNIDADE SINGULAR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História por Iverson Geraldo da Silva.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Helena Domingues

Juiz de Fora

2008
IVERSON GERALDO DA SILVA

VERNEY E A ILUSTRAÇÃO CATÓLICA: UMA MODERNIDADE SINGULAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 20/11/2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Beatriz Helena Domingues (orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Rubem Barboza Filho
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Cláudia Beatriz Heynemann
Arquivo Nacional

Aos meus queridos pais, que me deram a vida.
A minha linda e amada Tamara que, com seu amor, deu sentido a ela!

AGRADECIMENTOS

Neste percurso intelectual foi de fundamental importância o apoio constante e a motivação permanente de minha orientadora Professora Doutora Beatriz Helena Domingues. Detentora de uma humildade única, que permite aos seus alunos a liberdade de diálogo de idéias indiscutível. Devo-lhe em primeiro lugar a compreensão da minha situação, escrevendo uma dissertação de mestrado e tendo a necessidade de trabalhar no magistério público. Em segundo lugar por estar sempre presente – em uma ausência. Demonstrou uma confiança rara de se ver de uma orientadora para com um orientando. Talvez fora este tipo peculiar de orientação, que me acompanhou desde a graduação, que me permitiu não desistir. A você Bia, meus eternos agradecimentos.

Meus agradecimentos também ao Professor Dr. Rubem Barboza Filho e ao Professor Dr. Luiz Carlos Villalta que participaram de minha banca de qualificação e me deram idéias que impulsionaram um novo direcionamento para este trabalho. Agradeço, ainda, a Leandro Catão, Ana Rosa Clochet Silva, Vivien Fialho da Silva Ishaq, Francisco António Lourenço Vaz, Nelson Cantarino e Luis Carlos Villalta que de bom grado dispuseram uma cópia de suas teses e dissertações via internet, socializando o conhecimento histórico, as quais aqui foram de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho. Assim como agradeço ao Professor Dr. Rubem Barboza Filho e Professora Dra. Cláudia Heynemann que gentilmente aceitaram o convite para participarem de minha banca de defesa.

A escrita de um trabalho como este exige, e muito, privações, doações ... e, não seria exagero dizer, sacrifícios. Mas para estes fui preparado pelos eternos ensinamentos de meus avós (“Dim”, “Belinha” e “Glorinha”) que me mostraram, quando em vida, que a honestidade é um caminho que exige escolhas sem volta, capazes de tornar o percurso tortuoso, mais

muito mais honroso! A vocês meus avós queridos, que infelizmente não viveram para alcançar mais uma vitória minha, meus eternos agradecimentos.

Mais do que lições de vida, devo aos meus pais a minha vida. Meus amados pais, Ivan e Graça, são em si símbolos da superação. Com seu pouco grau de instrução, me permitiram oportunidades que nunca tiveram e foram, ainda, meu alicerce moral, que valorizaram, e muito, cada passo dado em minha jornada profissional. Pai e mãe não existem palavras capazes de expressar meus agradecimentos pelo que sou hoje. Se até aqui cheguei, foi muito mais por mérito de vocês! A vocês meus pais amados meus eternos agradecimentos.

Meus sinceros agradecimentos aos meus irmãos Anderson e Amanda, que mesmo não entendendo o porquê de tanto estudo, me ajudaram no dia-a-dia com a descontração necessária nos momentos de tensão.

A vida é constituída de surpresas, as vezes gratas surpresas! E no ano que passou (2007) fui surpreendido de forma inusitada pela entrada em minha vida do amor, de Tamara. Você minha linda, que amo muito, foi a vontade, o companheirismo, a confiança, a inspiração que não me deixaram desistir nesta reta final. Me fez enxergar, além do amor, o quanto importante era essa oportunidade e o quanto havia lutado para conquistá-la. Ao seu lado minhas angústias de término eram esquecidas e sua presença renovava dia-a-dia minhas esperanças. A você, minha amada noiva, meus eternos agradecimentos.

Minha querida sogra, Florinda, que me acolheu de forma única em sua vida e sua casa, que me aconselha com sua percepção única da vida, obrigado por ter trazido ao mundo a mulher que amo, por permitir conhecê-la e por me apoiar.

Os meus grandes amigos de longa data Cleyton, Ana Paula, Luis, Juliana, Maíra, Raphaela, Yara e Elias, companheiros que exerceram aqui papel fulcral! Maíra e Ana Paula contribuíram ainda com a leitura e sugestões na redação desta dissertação. A vocês queridos

amigos, com quem compartilhei e compartilho pensamentos e piadas, carreguem consigo meu muito obrigado pelo apoio e incentivo sempre constantes.

Aos professores de graduação e da pós da UFJF, assim como os colegas destes com quem trocava idéias e que me incentivaram, obrigado! Aos colegas de trabalho Mariza, Paula e Rui pelo incentivo. Ao Nilson por suas sugestões de melhoria no texto. A minha equipe do Projeto Entre Jovens, que me apoiaram compreendendo a necessidade de minha ausência durante duas semanas e demonstraram total profissionalismo na execução de seus trabalhos. Aos meus alunos e ex-alunos agradeço pela experiência de vida e profissional e peço desculpas por minhas faltas em decorrência do mestrado.

Por último, mas o responsável pelo grande começo: Deus, minha fortaleza, que me permite vivenciar cada vitória, meus eternos agradecimentos!

A todos ainda peço, mais do que sinceras desculpas pelas minhas faltas e ausências. Para todos vocês presentes nesta caminhada, faço aqui minhas as palavras do poeta Pablo Neruda:

*“a todos, a vós,
digo: não há obrigado,
nada poderá encher as taças
da pureza,
nada pode
conter todo o sol nas bandeiras
da primavera invencível
como vossas caladas dignidades.
Somente
penso
que fui talvez digno de tanta
singelez, de flor tão pura”*

Quando digo “é evidente”, quero acaso dizer “só eu é que vejo”?
Quando digo “é verdade”, quero acaso dizer “é minha opinião”?
Quando digo “ali está”, quero acaso dizer “não está ali”?
E se isto é assim na vida, por que será diferente na filosofia?
Vivemos ante de filosofar, existimos antes de o sabermos,
E o primeiro fato merece ao menos a precedência e o culto.
Sim, antes de sermos interior somos exterior.
Por isso somos exterior essencialmente
Fernando Pessoa

É por causa dele, desse homenzinho, que estou aqui.
A Náusea, Jean-Paul Sartre

RESUMO

Esta dissertação centra sua análise na obra do padre oratoriano Luís Antônio Verney, *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746) – especificamente no que tange aos temas da ciência moderna e da jurisprudência. O livro foi escrito e tido como oposição ao pensamento neoescolástico, representado pelos jesuítas, e detentora de um cunho filosófico alinhado com a filosofia moderna de fins do século XVII e início do século XVIII. Esta pesquisa questiona tal idéia, argumenta que tais temas, presentes na referida obra, fazem parte de um projeto em convergência com o pensamento oriundo da Ordem Oratoriana em Portugal, que por sua vez se aproximava do pensamento do Estado Português contra a Ordem dos Jesuítas e a favor de uma chamada “Ciência” e “Filosofia” “modernas”. Busco demonstrar que, embora declarando sua adesão a uma idéia “moderna” e alinhada com o tempo em que estava inserido, Verney se apropriou não só das idéias ditas “modernas” como daquelas idéias provenientes da neoescolástica, ou seja, não rompendo e/ou não abrindo mão do conhecimento estabelecido pelo pensamento jesuítico, para propor um meio de superação do sistema educacional inaciano. Por essas características, o consideramos como um singular representante do que aqui conceituamos como *Ilustração Católica*.

Palavra-chave: Verney. O Verdadeiro Método de Estudar. Ilustração Portuguesa. Ilustração Católica. Jesuítas.

ABSTRACT

This dissertation analyses the work *The True Method for Studying (1746)* (O Verdadeiro Método de Estudar) of the Father oratorian Luis Antonio Verney, - specifically with regard to issues of modern science and jurisprudence. The book was written and considered as an opposition to thinking neoscholastic, represented by the Jesuits, and as aligned with the philosophy modern of the end of the seventeenth century and beginning of the eighteenth century. This research questions this idea, argues that such themes, present in that work, are part of a project on convergence with the thought arises from the Order Oratorian in Portugal, which in turn approached the thought of Portuguese rule against the Jesuit Order and call for a "Science" and "Philosophy" "modern". We try to demonstrate that, while declaring their adherence to an idea "modern" and aligned with his time, Verney been appropriated not only the ideas called "modern" as these ideas from neoscholastic, not breaking and / or not open-hand knowledge of thought established by Jesuit, to propose a means of overcoming the Ignatian educational system. For these characteristics, the Verney's work is representative of that we defined as *Catholic Illustration*.

Key Words: Verney. O Verdadeiro Método de Estudar. Portuguese Enlightenment. Catholic Illustration. Jesuits.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO, VERNEY E O VERDADEIRO MÉTODO DE ESTUDAR.....	27
2.1 A Congregação do Oratório.....	27
2.2 Verney e o Verdadeiro Método de Estudar.....	34
3 FILOSOFIA E CIÊNCIA MODERNA NO PENSAMENTO VERNEYNIANO.....	40
3.1 Filosofia e Ensino de Filosofia: crítica e proposta verneyniana.....	40
3.2 Física Moderna e Escolástica: qual caminho a se seguir?.....	50
4 UMA HERANÇA OCULTA: ÉTICA E JURISPRUDÊNCIA VERNEYNIANA E UM DIÁLOGO COM O NEOTOMISMO.....	67
4.1 A Ética.....	68
4.2 Jurisprudência Verneyniana: a questão das leis e o neotomismo.....	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89

INTRODUÇÃO

O século XVIII na Europa é frequentemente designado o *século das Luzes* por pensadores daquele momento. D'Alembert, por exemplo, afirmou em seu *Elementos de Filosofia*: “O nosso século é chamado o Século da Filosofia por excelência”¹. A *Ilustração* foi o movimento filosófico que permitiu tal classificação: com suas propostas percorreu toda a Europa e, até mesmo, extrapolou suas fronteiras. Ergueu a bandeira da *razão* e o ideário de um caráter *universal e imutável da natureza humana*². A *razão* era, em última instância, o mecanismo que permitiria o constante *progresso* do homem e da sociedade – correspondia ao momento em que não mais se teria o mundo regido pela *superstição* e a *ignorância*, principais causas do atraso do homem e sua sociedade. Outra característica é a amplitude de áreas de estudo abarcadas pelo movimento, que vão da filosofia ao desenvolvimento científico.

Como tem sido demonstrado por vários autores, o movimento ilustrado europeu não possui uma homogeneidade interna. Pelo contrário, é heterogêneo em sua formação, o que lhe permite expressar-se em diferentes formas, de acordo com as regiões da Europa e com os seus integrantes. Segundo Luiz Carlos Villalta, a Ilustração foi um movimento amplo e que teve seu desenvolvimento influenciado pelas realidades históricas de cada região, o que configura a existência de “ilustrações”³. Neste sentido, podemos afirmar que o movimento ilustrado não está dissociado dos precedentes históricos das regiões nas quais se desenvolveu.

Esta pesquisa se propõe a estudar a *Ilustração Portuguesa*, mais especificamente a visão que um daqueles que se auto-intitulavam ilustrados tinha de sua nação no século XVIII. Opto por analisar a principal obra de Luís Antônio Verney (1713/1792), *Verdadeiro Método*

¹ Apud: CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p. 20

² FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982. p. 108

³ VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese de Doutorado. USP, 1999. p. 96-98; agradeço ao Prof. Dr. Villalta por ter cedido uma cópia de sua tese.

de Estudar (1746), publicada antes da ascensão de Pombal ao poder reforça a tese de que a Ilustração em Portugal não se restringe apenas ao período pombalino.

Ao abordamos a história de Portugal torna-se constante a imagem de uma nação impregnada pelo “atraso” e pela constante dependência religiosa, principalmente ao centrarmos numa busca de um pensamento filosófico ou científico – como é o caso da Ilustração. Tal imagem é legatária de alguns contemporâneos setecentistas como Voltaire que, dentre outros ilustrados franceses, fez a seguinte afirmação sobre o monarca português D. João V (1706/1750): “quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira”⁴. O diplomata português José da Cunha Brochado, por seu turno, ao falar de sua nação concluiu:

em Portugal não há ciência, nem há política, nem há economia, nem há educação, nem há nobreza e não há corte. As letras estão desterradas; nos conventos só se sabe rezar o ofício divino (...) Sobre a economia da cidade não há nenhuma atenção; vivem com aquilo que casualmente tem, sem saberem se podem ter mais, ou viver melhor⁵.

Encontramos duas correntes historiográficas distintas que buscam compreender a Ilustração Portuguesa. A primeira vincula-se a uma perspectiva analítica que concebe a Ilustração Lusa a partir do tutelado pombalino (1750/1777). De modo geral, os que compartilham desta visão reproduzem o discurso do atraso português. Existe, contudo, uma segunda linha que busca romper com a idéia de que a Ilustração Portuguesa se restringe unicamente ao período pombalino. Os seguidores desta perspectiva percebem que aquela possuiu pelo menos três fases: uma pré-pombalina, outra pombalina e, por fim, uma pós-pombalina.

⁴ Apud: MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 17; ver também *Cândido ou o otimismo* do próprio Voltaire, especialmente o momento em que o jovem Cândido chega a Portugal In: VOLTAIRE. **Cândido ou o otimismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

⁵ Apud: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: companhia das Letras, 2002. p. 87

Ligados a primeira linha temos historiadores como Fernando Novais⁶, Francisco Falcon⁷ e Kenneth Maxwell⁸. Para estes estudiosos a Ilustração Portuguesa se relaciona especificamente ao movimento ESTRANGEIRADOS-POMBALISMO. Afirmam, ainda, que Ilustração em Portugal se configura por defasagens em relação às demais nações europeias – até mesmo a Espanha – e uma intensa busca de superação destas discrepâncias. Para aqueles historiadores os chamados *estrangeirados* possuíram um papel fundamental no desenvolvimento da Ilustração Portuguesa. São estes *estrangeirados*, acima de tudo, que traçaram uma perspectiva acentuando o *atraso* português e a busca de uma superação do mesmo. “O sentido crítico dos estrangeirados aponta os defeitos e carências, o atraso português em relação à cultura científica europeia, propondo como corretivo a filosofia racional, a ciência experimental”⁹.

O segundo grupo, ao qual nos filiamos, rompe com a perspectiva anterior, partindo do pressuposto de que a Ilustração Portuguesa não se limita ao período pombalino. Segundo José Esteves Pereira há pelo menos três grandes momentos da Ilustração em território Luso: o primeiro momento ocorre em fins do reinado josefino com Verney, Ribeiro Sanches, Azevedo Fortes e Teodoro de Almeida; o segundo, com a governação Josefina e o tutelado pombalino, marcado pela filosofia natural e uma abertura ao jusnaturalismo; e, por fim, o “período marino” com a *Academia das Ciências*, que teve um importante papel na ilustração pós-pombalismo¹⁰. Nesta linha de raciocínio, percebo que é eminente uma tentativa de compreensão da Ilustração Portuguesa que rompa com o círculo que limita a Ilustração Lusa ao movimento ESTRANGEIRADOS – POMBAL. Embora eles tenham tido um papel importante na Ilustração Portuguesa, o questionamento sobre sua associação com o

⁶ NOVAIS, Fernando A. **O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos**. Revista Brasileira de História, São Paulo, n° 4, vol. 7, março 1984. p.105-118

⁷ FALCON, Op. Cit.

⁸ MAXWELL, Op. Cit.

⁹ FALCON, Op. Cit., p. 321

¹⁰ PEREIRA, José Esteves. **Percursos de História das Idéias**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004., p. 93-94

movimento às custas da exclusão de outros atores sociais parece uma via mais plausível para uma melhor compreensão da Ilustração Portuguesa dentro de toda sua complexidade. Conseqüentemente, tal perspectiva de entendimento da Ilustração Lusa rompe com análise unilateral de alguns historiadores – como é o caso de Falcon e Novais – que inseriram, ou melhor, absorveram o discurso do “atraso” português para seus exames da cultura e, em especial, da própria Ilustração Portuguesa. Preferimos pensar a Ilustração Portuguesa como fruto de uma *escolha* diferente – parafraseando Richard Morse – por parte dos ilustrados portugueses, que longe de constituírem um grupo homogêneo, lidaram com o movimento ilustrado através de diferentes apropriações das idéias setecentistas combinando-as, de diferentes modos, com seu próprio “caldo cultural”¹¹. Neste sentido, não faz sentido excluir do movimento das luzes em Portugal sequer os jesuítas, classicamente culpabilizados, particularmente aqui por Verney, como representantes das “trevas” e do obsoletismo. Pelo contrário, conforme vem sendo apontado por autores como Mario Góngora, Richard Morse, Beatriz Domingues¹², e outros, os jesuítas não se mantiveram alheios às Luzes em Portugal. Fizeram apenas uma mistura singular da tradição aristotélico-tomista com elas.

Acerca de escolhas, em seu livro *Tradição na Modernidade e Modernidade na Tradição*, Beatriz Domingues, inspirada nos escritos de Richard Morse, particularmente no *Espelho de Próspero*, traz à tona a problemática questão da relação do mundo Ibero-Americano com a chamada *modernidade* do século XVI-XVII. Para muitos as nações ibéricas haviam perdido o “bonde da modernidade” e ficaram aquém do modelo de modernidade do mundo anglo-saxão. Naquela península, a Reforma Religiosa, a Revolução Científica e o

¹¹ Estendemos esta questão até mesmo para a compreensão do papel dos ESTRANGEIRADOS, pois estes traziam em suas bagagens culturais vários costumes portugueses – não eram, portanto, alheios a seus precedentes históricos. Para a questão de “escolhas” políticas diferentes ver: MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982. p. 54-66

¹² Ver: DOMINGUES, B.H. **Clavijero e a Ilustração**. In: Locus, vol 1, 2003; e **Memórias jesuíticas do Brasil do qual foram expulsos: João Daniel e os tesouros do Rio Amazonas**. In PRADO, Maria Emília (org.). **Tradição e modernidade no Mundo Ibero-Americano**. Atas do Colóquio Internacional. Rio de Janeiro: CNPq, 2004,. Sobre os jesuítas e a Ilustração Ibérica em geral ver: DOMINGUES, Beatriz Helena. **A disputa entre “cientistas jesuítas” e “cientistas iluministas” no mundo ibero-americano**. Numen, vol. 9, julho-dezembro de 2002, Juiz de Fora, Ed. UFJF; para esta caracterização ver também: GÓNGORA, Mario. **Studies in the Colonial History of Spanish América**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

Renascimento, segundo a visão dominante, haviam passado distante, permitindo, deste modo, a continuidade da herança medieval naquelas terras. A Ibéria estaria caracterizada pela *falta*, principalmente pela *falta* de uma *modernidade*. Contudo, a historiadora lança questões singulares: seria a tal “falta” um problema? Se não houve tais movimentos, o que teve em contrapartida? Como a Ibéria reagiu e dialogou com sua tradição e a existência de tal *modernidade*?

Como resposta a estas questões Domingues apresenta os seguintes verbos: Escolher, Reformar e Renovar. Para ela

O fato de [a Ibéria] ter se furtado às duas revoluções – a científica e a religiosa – não significa que tenha ficado completamente alheia a influência de tendências intelectuais provenientes de outros países, ou impossibilitada de ter a sua própria tradição cultural e intelectual, inclusive com repercussão no estrangeiro. Trata-se, está claro, de uma opção cultural e política *diferente* e não de um caso de *estancamento* ou de total isolamento¹³.

A solução encontrada por ela para a “problemática” da relação entre a Ibérica x modernidade, foi a pluralização do conceito. Deste modo, ao invés de modernidade, teríamos *modernidades*. Domingues argumenta, portanto, que em seu entender não existiu uma única *modernidade*. Pelo contrário, haviam pelo menos duas modernidades: a *modernidade medieval* e a *modernidade moderna*. A primeira corresponde ao modelo político, epistemológico e teológico representado pela Ibéria e a segunda aos moldes anglo-saxões. Ao mesmo tempo, as duas modernidades seriam herdeiras da mesma tradição, do mesmo “caldo cultural”¹⁴ e constituíram-se enquanto duas respostas diferentes à crise filosófico-religiosa da Baixa Idade Média. Assim, a *Modernidade Medieval* foi o meio encontrado pelo mundo Ibérico para se inserir no bojo das transformações dos séculos XVI-XVII. Domingues, conclui, portanto, que

Muito mais do que algo completamente à parte ou exótico em relação à tradição europeia ocidental, foi uma *outra* leitura da *mesma* tradição. Foi como se, a partir da mesma pedra, tivessem sido esculpidas duas estátuas diferente. A Ibéria, mais tradicional, tentou manter, ainda que

¹³ DOMINGUES, Beatriz Helena. **Tradição na Modernidade e Modernidade na Tradição**. p. 11

¹⁴ Idem, p. 12

renovado, a imagem medieval de mundo. Foi como se a ‘reflexão filosófica do tempo passado’ (Vaz) que aí se operou tivesse optado por reformá-lo, mais que por substituí-lo. Por essa escolha, que trouxe consigo a decisão de renovar e atualizar a síntese aristotélico-tomista num momento em que estava sendo fortemente atacada, estou chamando essa diferente inclusão no mundo de *Modernidade Medieval*. O adjetivo ‘medieval’ aqui supõe a relação de *continuidade* com o mundo passado, que se manteve por muito mais tempo na Ibéria e foi trazido para o mundo iberoamericano. Em termos filosófico-teológico este modo de modernidade optou por manter, ainda que renovado, a escolástica medieval¹⁵.

Portugal setecentista não fugiria de tal “problemática”. O reino luso do século XVIII estava na “berlinda” de uma nova *modernidade*: encontrava-se entre a tradição cultural ibérica – já referida anteriormente – e a invocada *modernidade ilustrada europeia*. Sua tradição religiosa e o predomínio da neoescolástica eram tidos como empecilhos para a entrada de Portugal na *modernidade ilustrada europeia*. De modo que a questão do “atraso” circundava a nação Lusitânia. Para a maioria dos pensadores europeus Portugal era uma nação atrasada, e esta era a questão posta para os intelectuais portugueses discutirem. Tido como o século do conhecimento, era necessário, portanto, pensar a nação portuguesa dentro da questão dos conhecimentos filosóficos, literários e científicos predominantes no reino. Conseqüentemente, aqueles intelectuais deveriam assumir, dentro do setecentos, uma postura diante daquele empecilho da modernidade: o prosseguimento da tradição cultural ou a adesão a ilustração. Contudo, diante dessa dicotomização, acreditamos que os intelectuais portugueses deram prosseguimento a sua tradição e optaram por novas *escolhas*, que visavam, acima de tudo, *reformular* sua tradição filosófica permitindo a coexistência de sua tradição religiosa. Ou seja, penso que a idéia de *modernidades* de Domingues pode aqui ser apropriada para ponderar que também a *Ilustração* não fora unívoca. Alias, este conceito também é colocado por ela no plural em dia recente sobre a Ilustração Ibérica e a Ibero-americana¹⁶.

¹⁵ Idem, p. 42-43

¹⁶ DOMINGUES, Beatriz Helena. **Tão Longe, Tão Perto: a Ibero-América e a Europa Ilustrada**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

Como dito anteriormente, o movimento ilustrado europeu não possui uma homogeneidade interna. Pelo contrário, é heterogêneo em sua formação, o que lhe permite expressar-se em diferentes formas, o que configura a existência de *Ilustrações*. No caso luso, a *Ilustração*, como na Espanha e na Península Itálica foi uma *Ilustração Católica*.

Busquemos exemplificar esta *Ilustração Católica*. O campo educacional Portugal, desde fins do século XVI, estava tomado pelas escolas jesuíticas e pelos princípios escolásticos. No século XVIII emergiu, com a tutela do Estado Português, uma segunda ordem religiosa que buscava inserir a nação lusa na *modernidade ilustrada*: a Congregação do Oratório¹⁷, que foi a oponente dos Jesuítas no campo educacional. Já que se diziam inspirados nos princípios ilustrados coube aos oratorianos, de certo modo, uma reavaliação do ensino português, negando, acima de tudo, a herança cultural representada pelo ensino jesuítico.

É dentro deste cenário que surge, no ano de 1746, a obra intitulada *Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e a necessidade de Portugal*¹⁸ do padre oratoriano Luís Antônio Verney. Nesta obra, Verney busca se inserir dentro do discurso do *atraso português* e da reavaliação do sistema educacional predominante. Contrapõe-se aos jesuítas, considerados por ele como peripatéticos e portadores de um sistema educacional e filosófico defasado e um dos principais responsáveis pelo “atraso” do reino em comparação a outras nações européias. O oratoriano intitulava-se enquanto um ilustrado, já que se colocava como seguidor dos princípios filosóficos e científicos da ilustração. Mas como ser fiel seguidor da racionalidade ilustrada e abdicar de imediato da tradição religiosa e cultural de sua nação? Diante deste desafio da modernidade Verney, assim como outros pensadores portugueses, encontrou uma saída singular: a

¹⁷ Uma instituição religiosa surgida no início da segunda metade do século XVI em Roma, fundada por São Felipe de Néri. Em Portugal, a Congregação do Oratório surgiu com Bartolomeu do Quental em 1668, possuindo afinidades e especificidades em relação a congregação italiana e até mesmo a francesa. No século XVIII contou com apoio do Estado, durante o reinado de D. João V, para o desenvolvimento de um ensino com bases teóricas diferentes do escolasticismo jesuítico. A Congregação foi marcada por sua abertura ao cartesianismo e, posteriormente, a física experimental newtoniana e o empirismo loqueano.

¹⁸ VERNEY, Luís Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar**. Ed. Org. por Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949.

conjugação das duas linhas. Ou seja, a adoção dos princípios ilustrados com a manutenção da tradição cultural. Linha essa aqui entendida como uma *Ilustração Católica*¹⁹, uma prática típica do mundo ibérico tentando conciliar modernidade e tradição, como demonstrado por Domingues.

Assim, a Ilustração ali surgida congregava “elementos na aparência inconciliáveis: a fé e a ciência, a tradição filosófica e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo”²⁰. Pois, como bem lembra José Esteves Pereira: “Não se deve esquecer, todavia, que na sua raiz setecentista, a afirmação das Luzes em Portugal está marcada pela sua feição de compromisso cristão que, desde logo, a afastam de um entendimento, tal como o espírito filosófico da Enciclopédia o consagra”²¹. Abordarei a singularidade do pensamento verneyniano dentro da *Ilustração Católica* Portuguesa. Destacarei sua filiação a essa e a singularidade do seu pensamento ao se contrapor aos jesuítas – e ao aristotelismo – ao mesmo tempo em que reproduz determinados princípios dos inicianos. Como me parece não ter ocorrido um total rompimento com as idéias político-filosóficas predominantes dentro da escolástica, seguirei a possível dualidade presente no pensamento de Verney. Ou seja, trabalho com a hipótese de que ao mesmo tempo que Verney se coloca como representante da *modernidade ilustrada*, ele reproduz princípios e idéias típicas dos inicianos.

Para o estudo da Ilustração Portuguesa nos deparamos com algumas definições que representam, de modo geral, práticas distintas, porém com a mesma raiz. É o caso da noção de *Reformismo Ilustrado*. Como bem lembra Villalta este termo se encaixa perfeitamente na prática política e econômica introduzida pela coroa portuguesa – a partir de Pombal – com

¹⁹ DOMINGUES, Beatriz Helena. *Clavijero e a Ilustração*. In: **Locus**, vol 1, 2003; DOMINGUES, B. H. *A disputa entre “cientistas jesuítas” e “cientistas iluministas” no mundo ibero-americano*. **Numen**, vol. 9, julho-dezembro de 2002, Juiz de Fora, Ed. UFJF; DOMINGUES, B. H. **Tradição na Modernidade e Modernidade na Tradição: a Modernidade Ibérica e a revolução Copernicana**. Rio de Janeiro: COPPE, 1996, para esta caracterização ver também: GÓNGORA, Mario. **Studies in the Colonial History of Spanish América**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

²⁰ FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982. p.430-431

²¹ PEREIRA, José Esteves. **Percursos de História das Idéias**. Lisboa: INCM, 2004. p. 92

inspiração na Ilustração²². Já a noção de *Despotismo Esclarecido* é herdeira das formulações filosóficas dos ilustrados, principalmente franceses, no século XVIII e integra a perspectiva da organização do poder monárquico a partir de algumas proposições da Ilustração. Segundo Ana Rosa Cloclet Silva

Assessorado por um eficiente aparato burocrático e servindo-se da filosofia do século, o “déspota esclarecido” passava a funcionar como o tutor da sociedade, afirmando-se como o primeiro servidor do Estado, na função de executar os princípios da Ilustração, o que implicava um necessário reequacionamento da questão acerca dos privilégios aristocráticos e clericais, longamente estabelecidos²³.

Existe, ainda, a própria noção de *estrangeirado*, referente a intelectuais que possuem uma formação distante de seu reino e, por estarem fora tendo contato com novas idéias, conseguem visualizar o *atraso* de Portugal frente a outras nações europeias e propõem formas de superação deste²⁴. Ou até mesmo a visão de Izabel Mota²⁵ que “destaca que os mesmos [estrangeirados] não estavam fora da cultura portuguesa por estar no estrangeiro, mas seriam aqueles que emitiriam um juízo crítico do país, apesar de participar dessa cultura criticada”²⁶.

Por outro lado, temos a noção de *ecletismo* defendido, por exemplo, por María Del Carmem Rovira²⁷ que

ressaltou a importância do ecletismo nos séculos XVII e XVIII em Portugal. Os intelectuais ecléticos se opunham àqueles que não queriam admitir os novos conceitos e teorias que chegavam do estrangeiro. Os ecléticos, partidários da filosofia moderna e, em geral, ortodoxos, sentiam a necessidade de conciliar as novas idéias com as crenças religiosas. Este movimento de assimilação surgiu da necessidade da coexistência entre religião católica e ciência moderna.

²² VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 17-22

²³ SILVA, Ana Rosa Cloclet. **Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português: 1750-1822**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2000. p. 24; devo meus agradecimentos a Professora Dra. Ana Silva por ter me disponibilizado uma cópia de sua Tese.

²⁴ FALCON, Op. Cit; NOVAIS, Op. Cit.

²⁵ MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Edições Minerva, 2003.

²⁶ RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Razão de Estado*” na cultura política moderna: o império português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha & GONTIJO, Rebeca & SHOIHET, Rachel (Orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.

²⁷ María Del Carmen Rovira. *Ecléticos portugueses del siglo XVIII- y algunas de sus influencias en America*. S/l.: Universidad Nacional Autonoma de México, 1979.

Segundo a autora, o ecletismo produzido nos países ibéricos pode ser compreendido como um movimento que visava a mudança no ambiente cultural, caracterizado pelo domínio da tradição e do temor ao novo e ao moderno, daí²⁸.

Todos estes conceitos interpretativos da Ilustração Portuguesa parecem-me limitadores da complexidade e heterogeneidade que circundam a presença da Ilustração em território luso. Como já exposto, acredito que não existe uma única Ilustração. Esta deve ser tomada no plural, *Ilustrações*, permitindo compreender as especificidades que o movimento teve em cada região e, acima de tudo, as especificidades dos intelectuais que o integraram. Portugal, portanto, surge como um campo fértil e privilegiado para o estudo das idéias ilustradas e as respectivas características de seus difusores.

Em meio a estes conceitos que buscam entender a Ilustração Portuguesa, prefiro neste estudo recorrer ao conceito de *Ilustração Católica*²⁹, que diagnostica uma tentativa de conciliação do pensamento ilustrado com elementos tradicionais da cultura lusa (especialmente o catolicismo): ou seja, “a coexistência de práticas e princípios excludentes e mesmo contraditórios”³⁰. Trata-se de uma tentativa de conciliação entre “elementos na aparência inconciliáveis: a fé e a ciência, a tradição filosófica e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo”³¹. Pois, como bem lembra Pereira: “Não se deve esquecer, todavia, que na sua raiz setecentista, a afirmação das Luzes em Portugal está marcada pela sua feição de compromisso cristão que, desde logo, a afastam de um entendimento, tal como o espírito filosófico da Enciclopédia o consagra”³². Esta noção,

²⁸ ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes : a Congregação do Oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2004.p. 303-304

²⁹ Concordamos com Beatriz Domingues que, também, caracteriza a ilustração portuguesa como uma “ilustração católica”, na qual estavam conjugados elementos “antigos” e “modernos”. Para a autora os jesuítas também integravam esta corrente ilustrada, com uma proposta de adaptação das “luzes” ao neoescolasticismo, ou vice-versa. : DOMINGUES, Op. Cit.; e: GÓNGORA, Op. Cit.

³⁰ HANSEN, João Adolfo. **Ilustração católica, pastoral árcade et civilização**. In: Oficina do Inconfidência, Ouro Preto-MG, ano 4, nº 3, p. 13-47, dezembro de 2004.

³¹ FALCON, Op. Cit., p. 430-431

³² PEREIRA, Op. Cit., p. 92

Ilustração Católica, nos permite abarcar a grande maioria dos pensadores ilustrados portugueses, independentemente de estes estarem ligados à política pombalina, sejam eles anteriores ou posteriores a mesma – ou, por outro lado, sejam eles *estrangeirados* ou jesuítas. Permite o entendimento da coexistência de reformas de inspiração na ilustração (como é o caso das reformas pombalinas) com aparelhos repressores e de censura, como a Inquisição e a Real Mesa Censória. Ao mesmo tempo, abre espaço para pensarmos a posição de alguns ilustrados que possuem uma ligação com a Igreja, como é o caso de Verney e, até mesmo, da relação dos jesuítas com esta forma de pensamento.

Pensamos que não é redundante lembrar que a Ilustração Católica Lusa, como outros movimentos filosóficos, não partem do zero – tendo em mente que são cerca de duzentos anos de hegemonia do tomismo em solo ibérico. Há sempre um intenso diálogo com aquilo que fora predecessor, seja para reafirmá-lo, reestrutura-lo ou, então, negá-lo. E, por mais que, constantemente, os jesuítas estejam sendo inseridos como elementos de atraso, devemos lembrar que esta ordem religiosa é crescentemente conhecida e reconhecida por seus extremos esforços de adaptação de seu pensamento com outras correntes de pensamento, numa busca de atualização ou reestruturação do pensamento escolástico³³. Do mesmo modo, ao adotar este conceito não simplifico ou excluo qualquer intelectual do movimento, tenho ciência de que existiram em Portugal intelectuais que, assim como em outros lugares da Europa em que houve a presença da Ilustração, não se encaixam neste perfil: os ateístas seriam um exemplo. Portanto, utilizo o conceito por acreditar que ele, como já dito, engloba boa parte dos intelectuais ditos ilustrados, e particularmente Verney.

Os estudos sobre Verney e seu *Verdadeiro Método de Estudar* não são recentes. Os mais conhecidos são as obras Luís Cabral de Moncada e Antonio Alberto Banha de Andrade. O primeiro buscou, através da análise de Verney e sua obra, inserir Portugal dentro da

³³ Sobre o desenvolvimento e as transformações do tomismo ver: SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

discussão da Ilustração³⁴, sendo um dos primeiros a sugerir a noção, a partir de Verney, de *Ilustração Católica*³⁵. Já Antonio Alberto Banha de Andrade com seu livro *Verney e a Projecção da sua Obra*³⁶, é o mais conhecido daqueles que escreveram sobre Verney. Banha de Andrade, no referido estudo, analisou as idéias pedagógicas de Verney associando suas propostas com as reformas promovidas em Portugal durante o tutelado pombalino. Ambos os autores são categóricos em destacarem o papel de destaque de Verney na cultura portuguesa do século XVIII, na Ilustração e na crítica aos jesuítas.

Mais recentemente Eduardo Teixeira de Carvalho Junior, em sua dissertação de mestrado *Verney e a Questão do Iluminismo em Portugal*³⁷, promove uma análise da Ilustração Portuguesa a partir da idéia habersiana de constituição de uma esfera pública. Insere Verney e sua obra como um dos raros focos isolados de crítica ao *atraso* de Portugal. Deste modo compreende que não houve em Portugal um espaço publico de discussão das idéias ilustradas, que chegaram apenas como esforços isolados de alguns pensadores. Sua análise abrange a questão pedagógica presente em Verney, principalmente ao que concerne a questão da ciência e da educação feminina dentro do *Verdadeiro Método de Estudar*.

Ainda dentro das produções oriundas de pós-graduações recentes temos o trabalho de Alexandre Claro Mendes em sua dissertação *O Verdadeiro Método de Estudar: O Impasse entre o Antigo e o Moderno*³⁸. Mendes, buscando fomentar uma reflexão sobre permanências e rupturas dentro do avanço da ciência, inseriu Verney na discussão sobre a suposta oposição entre jesuítas tidos como representantes de um modelo de ciência antiga, e os oratorianos,

³⁴ MONCADA, Luís Cabral de. Conceito e Função de Jurisprudência Segundo Verney. **Boletim do Ministério da Justiça**, nº 14, Lisboa, 1949; MONCADA, Luís Cabral de. Um “iluminista” português do século XVIII: Luis Antonio Verney. In: _____ (Org.). **Estudos de História do Direito: século XVIII – Iluminismo Católico: Verney – Muratori**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1950.

³⁵ CARVALHO, Flavio Rey. **Um Iluminismo Português? A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2007. p. 19-21

³⁶ BANHA DE ANDRADE, A. A. **Verney e a projecção da sua obra**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

³⁷ CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira. **Verney e a Questão do Iluminismo em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2005.

³⁸ MENDES, Alexandre Claro. **O Verdadeiro Método de Estudar: o impasse entre o antigo e o moderno**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2006.

como a vertente moderna da ciência no século XVIII. Sua reflexão parte da análise do Curso Conimbricense dos jesuítas e do *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney, inserindo-os na questão dos “antigos” e “modernos” do século XVIII, a partir da análise da Filosofia, Física e Medicina. Conclui, desta comparação, que os jesuítas não eram tão “antigos” e os oratorianos não eram tão “modernos”.

Nestes estudos, a questão pedagógica, principalmente referente à área da ciência, é recorrente, como é a percepção da crítica aos jesuítas e a associação de Verney com a questão da Ilustração em Portugal. Minha análise de Verney e do seu *Verdadeiro Método de Estudar* se difere deles pelo fato de estar centrada na caracterização de Verney como representante do que aqui chamo de *Ilustração Católica*. Assim, tentarei mostrar a partir das idéias e críticas de Verney no campo da Filosofia, Física, Ética e Jurisprudência em Portugal, uma possível associação dos oratorianos, e Verney, com um projeto político de desqualificação do conhecimento oriundo da neoescolástica, numa clara tentativa de limitação da hegemonia jesuítica na cultura portuguesa. Busco demonstrar que, no campo da chamada ciência, Verney faz uso e apresenta as idéias ditas “modernas” de modo homogêneo para propor um novo método para as escolas portuguesas e superação do neoescolasticismo. Por outro lado, demonstro que Verney não rompe com sua tradição religiosa, muito menos com saberes vindos dos inicianos e da neoescolástica, quando abordado o tema da Jurisprudência.

Esta pesquisa vincula-se a chamada História Intelectual, seguindo as sugestões apontadas por Dominick LaCapra que busca romper com a idéia de que um texto literário só possui como característica um “aspecto documental”. O autor leva também em consideração o aspecto do “ser-obra” dos textos. Propõe uma inter-relação entre estes dois aspectos, ou seja, considera o caráter documental da obra, contudo, ao mesmo tempo, leva em consideração os aspectos literários do texto a ser analisado. Em busca de uma “reestruturação” da História Intelectual, LaCapra propõe uma *problematização* daquilo que alguns seguidores da História

Intelectual comumente têm como solução: a relação entre os *Textos* e seus *Contextos*. LaCapra identifica seis possíveis *contextos* dos chamados *textos escritos complexos*: 1) *a relação entre as intenções do autor e o texto*; 2) *a relação entre a vida do autor e o texto*; 3) *a relação da sociedade com o texto*; 4) *a relação da cultura com os textos*; 5) *a relação do texto com os demais textos do autor*; e 6) *a relação entre os modos de discurso e o texto*. Para o autor, estes *contextos* são na realidade *textos* – ou seja, também são construções discursivas³⁹. Nesta perspectiva, ainda, se encaixa uma constante busca pela interdisciplinaridade – em particular um intenso diálogo com a crítica literária e a filosofia. Sua análise pressupõe a existência de duas formas de textos: os chamados “*textos complexos*”, obras da tradição cultural universal, no sentido de obra canônica; e “*textos simples*”, que são obras de pouca difusão e que não foram tão analisadas como as do primeiro grupo. Sua proposta pensa que uma análise conjunta destes dois grupos pode vir a ser muito enriquecedora, já que cada obra traz diferentes “textualidades” da realidade – vindo, também, a romper com as abordagens reducionistas que predominam nas análises dos “textos”.

As “obra”, ou “texto”, que aqui é meu objeto de análise têm uma trajetória muito particular: é fruto da tradição cultural ibérica, se aproximando de uma concepção de “texto complexo”. Seguindo as propostas de Dominick LaCapra buscarei identificar, problematizar e correlacionar Verney e seu *Verdadeiro Método de Estudar com a relação entre as intenções do autor e o texto*, o que corresponde ao item 1 na sistematização de LaCapra.

Deste modo, no capítulo 1 busco apresentar uma breve biografia de Verney e um histórico da Ordem do Oratório em Portugal, associando seu crescimento no século XVIII ao incentivo e auxílio do Estado português que buscava limitar a hegemonia dos inicianos no universo cultural lusitano.

³⁹ LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTÍ, Eliás José (Org.). **Giro lingüístico e historia intellectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

Já no capítulo 2 abordo a questão da “ciência moderna” e como Verney se apropria desta para questionar o ensino jesuítico. Mas, ao mesmo tempo, não rompe com determinadas proposições de sua tradição cultural e religiosa, da qual os escolásticos fazem parte.

No capítulo 3 centro minha análise sobre a questão da Ética e da Jurisprudência em Verney, tento demonstrar que Verney, apesar de se colocar como alinhado a “ciência moderna”, utiliza das idéias inicianas quanto a questão das Leis. A partir destes capítulos, aponto para um alinhamento dos oratorianos e Verney com um projeto político do governo joanino de limitação da influência dos neotomistas sobre a cultura portuguesa.

A CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO, VERNEY E O VERDADEIRO MÉTODO DE ESTUDAR – SÉCULO XVIII

Neste primeiro capítulo busco apresentar um sucinto histórico da Congregação do Oratório em Portugal, associando seu crescimento à ajuda estatal no século XVIII. Tal ajuda visava tornar os oratorianos competitivos em relação aos jesuítas no campo pedagógico. Há fortes indícios que este auxílio estatal foi fruto de uma busca pela funcionalidade do pensamento ilustrado a favor do Estado. Ao mesmo tempo, apresento uma pequena biografia

da vida de Verney e a apresentação da sua obra máxima, *O Verdadeiro Método de Estudar*, aqui fruto de nossa análise.

2.1 A Congregação do Oratório

Em 1668, depois de uma experiência em forma de uma Confraria leiga (a Confraria de Nossa Senhora das Saudades), surgiu em Portugal, através de Bartolomeu de Quental (1627-1698) a Congregação do Oratório. Utilizando de sua proximidade com a realeza Quental, que foi capelão-confessor e pregador da casa real durante o reinado de D. João IV (1640-1656), iniciou em 16 de julho de 1668 as atividades da Congregação do Oratório de Nossa Senhora de Assunção. A ordem portuguesa inspirou-se na Ordem Oratoriana italiana que surgiu na segunda metade do século XVI, no bojo da Reforma Tridentina, em Roma com São Felipe de Néri⁴⁰. Contudo, em sua organização estatutária, Quental conseguiu a aprovação junto à Cúria papal de um estatuto que não seguia nem a centralização da Ordem do Oratório de Pierre Bérulle⁴¹, nem a total independência e autonomia de ação permitida pela Ordem do Oratório

⁴⁰ A Congregação do Oratório foi fundada originalmente, em Roma, pelo florentino Felipe Néri (1515-1595), contemporâneo de Inácio de Loyola, em 1575, que foi canonizado santo pela Igreja em 1622 pelo Papa Gregório XV. Segundo Ishaq, “Na Itália havia surgido, ao longo do século XV, associações de leigos, sob o nome de oratórios ou irmandades, dirigidos quase sempre por membros de ordens mendicantes, dedicadas a fins caritativos, ao auxílio aos pobres e à beneficência de enfermos incuráveis. Segundo o direito canônico, oratório significa o lugar destinado ao culto divino, distingue-se das igrejas que são lugares sagrados. Os oratórios dividem-se em três categorias: públicos, semipúblicos e privados. Os públicos são eretos para um grupo ou comunidade de fiéis, embora todos tenham o direito de assistir os ofícios divinos. Estes se regem pelos direitos das igrejas e nele podem exercer-se funções não paroquiais. Os semipúblicos são criados para uma comunidade sem que outras pessoas tenham o direito de entrar. E, por fim, os privados e domésticos quando estabelecidos nas casas para uso exclusivo das famílias ou de uma pessoa(...). O Oratório se diferencia de uma irmandade, pois não requer filiação dos participantes, pagamento de anuidades e, por conseguinte, não oferece ajuda financeira para missas, sepultamento e outros auxílios previstos nos estatutos que regem cada irmandade” In: In: ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes : a Congregação do Oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2004.p. 21-22; e “... assim, a futura Congregação do Oratório teria se inspirado na tradição desses oratórios voltados para o exercício de uma religiosidade que se expressava pela ajuda à comunidade de habitantes miseráveis e doentes, seguindo a espiritualidade preconizada pela *Devotio moderna* que dava ênfase à caridade, podendo ser situada já como um novo modelo de religiosidade da nascente Idade Moderna.” In: ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 24

⁴¹ Fundada na França por Pierre Bérulle (1575-1629) cardeal e teólogo que “... entrou em contato em Paris com alguns discípulos franceses de Felipe Néri que formavam pequenos grupos denominados filipinos, que residiam na Provença. Houve uma cisão na comunidade de Cavaillon, onde uma parte dos membros desejava instituir uma congregação regular, com votos, e o restante queria permanecer no estado eclesiástico, isto é, fiéis ao ideal do Oratório romano. Este grupo dirigiu-se para Paris para tentar obter a fundação do instituto à

de São Felipe de Néri. Em 1672, Quental conseguiu aprovar sua proposta de estatuto na qual a ordem portuguesa possuiria uma estrutura mais centralizadora, mas conservando certo espaço de autonomia para as demais casas do Oratório em Portugal, criando uma terceira linha ao conjugar tendências do Oratório italiano e do francês.

As Congregações do Oratório fundada em Portugal se situaram entre os modelos estabelecidos por Felipe Néri na Itália e Pierre Bérulle na França. A Congregação do Oratório português estabeleceu, inicialmente, os seguintes pontos de contato com o Oratório italiano: a prática da caridade, a difusão da oração, a organização de irmandades de leigos vinculados à Congregação, a restrição às mortificações excessivas, o caráter urbano da congregação e a liberdade que norteava a entrada e a saída da Congregação. Do modelo criado por Pierre de Bérulle, o Oratório português se inspirou, mais tarde, no programa curricular do ensino ministrado nos colégios franceses, além de seguir a forma mais centralizada de administração do instituto. Alguns pontos uniram as diversas Congregações do Oratório, como a reforma da escolástica incorporando a filosofia cartesiana e a luta contra às manifestações religiosas características do período barroco também combatidas pelos jansenistas⁴².

O princípio norteador da ordem estava na formação da fé pessoal, como lembra Vivien Fialho da Silva Ishaq “aos pecadores à conversão, aos convertidos à perfeição”⁴³. A ação dos seculares da ordem era no interior e visava, acima de tudo, a transmissão de instruções mais simples da doutrina católica, possuindo, até mesmo, um método pedagógico mais simples de evangelização. Através das missões intra-reino ou em suas possessões coloniais propagavam a fé católica, inspirados e alinhados com a ação reformadora tridentina. Como lembra Ishaq, a

semelhança da Congregação italiana e acabou recebendo o auxílio de Pierre Bérulle. Em 1611, Bérulle, apoiado por François de Sales, abraçou a idéia do grupo de filipinos, e decidiu instituir a Congregação do Oratório na França, de clérigos sem votos, e independente da Congregação italiana. Em 10 de maio de 1613, o papa Paulo V, pela Bula *Sacrosanctae Romanae Ecclesiae*, instituiu canonicamente a Congregação do Oratório de Nosso Senhor Jesus Cristo na França. O Oratório estava sediado numa casa na rua de *Saint-Jacques* denominada *Petit-Bourbon*. Em 1616 a sede foi transferida para a rua *Saint-Honoré* com o nome de Oratório *du Louvre*, no hotel *du Bouchage*. A introdução na França da Congregação do Oratório apresentou diferenças em relação ao modelo italiano. O ponto mais importante referia-se à centralização assumida pelo Oratório francês. O poder decisório na Congregação francesa pertencia a casa-mãe de Paris que elegia o Superior, sem consultar as demais comunidades. As diversas congregações italianas sediadas nas cidades de Roma, Nápoles, Bolonha, por exemplo, possuíam uma autonomia, diferentemente do modelo francês.” In: ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 58-59

⁴² ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes : a Congregação do Oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 121

⁴³ ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 105, a autora lembra que as práticas para tal, eram muito parecidas com as desenvolvidas por Loyola.

princípio “... a Congregação do Oratório não teve como finalidade inicial a ação pedagógica, ou seja, não estava prevista a criação de colégios, tanto que os primeiros membros recebiam o ensino no Convento de São Domingos”⁴⁴. Na década de 1670 a ordem iniciou sua ação pedagógica com alunos externos. Com auxílio da coroa portuguesa e apoio da aristocracia, a Congregação do Oratório com o tempo ficou como alternativa aos colégios jesuítas. Mas, de início, não propunham uma visão filosófica ou teológica contrária ao tomismo.

O maior exemplo da importância da formação da fé pessoal estava na forma rígida como a conduta dos congregados era abordada de forma rígida. Para ser admitido o indivíduo deveria reunir critérios como: pureza de sangue; boas condições de saúde; idade entre 18 e 45 anos; conhecimento do latim, dentre outras. Sua hierarquia, também centralizadora, se aproximava e muito da ordem francesa. Na Congregação todos os membros estatutários eram eleitos a cada três anos e estavam hierarquicamente sobrepostos da seguinte forma: o Preósito Geral, o Prefeito Espiritual, o Procurador que cuidava dos bens da ordem, três deputados; estes, por sua vez, elegiam o sacristão, o porteiro, o enfermeiro, o dispenseiro, os companheiros do prefeito e do procurador, o corretor que determinava quais livros poderiam ser lidos, o ministro que fiscalizava o trabalho dos oratorianos e o mestre dos noviços. Todos os gastos da ordem eram custeados pelo seu próprio patrimônio, que era constituído por doações dos fiéis e, principalmente, por privilégios reais. Estes privilégios, presentes desde a criação da ordem, eram consecutivos, presentes em forma de recursos financeiros e patrimônio.

a atividade educacional da Congregação do Oratório foi sendo construída a partir das demandas da Coroa e de arte da sociedade lusa. Os estatutos enfatizaram o objetivo da difusão de uma nova espiritualidade e de uma prática religiosa, assim como a assistência aos idosos, indigentes e doentes. Este novo papel no campo do ensino, que originalmente não havia sido previsto por Bartolomeu de Quental, foi, gradativamente, tomando forma e pode, enfim, ser concretizado com o apoio de D. João V. Os sucessivos e imprescindíveis incentivos régios e, sobretudo, a idealização de projeto político-institucional,

⁴⁴ Idem, p. 123

durante a primeira metade do século XVIII, foi determinante para a construção da especificidade da Congregação do Oratório em oposição aos jesuítas. Sem a sustentação material e legal dada por D. João V e mais tarde por D. José I, a Congregação, dificilmente, teria alcançado a posição de prestígio e influência que conquistou na sociedade portuguesa no século XVIII⁴⁵.

O reinado de D. João V (1706-1750) foi um período conturbado, de intensa crise política, social e cultural, além da forte presença da exacerbação religiosa. Mas um período, também, no qual houve um expressivo esforço de renovação cultural e intelectual a partir do Estado – que financiava a vinda de professores estrangeiros para lecionar na universidade, a ida de estudantes para estudar em outras universidades européias, assim como na criação de academias e doações de acervos literários. Mônica da Silva Ribeiro aponta que D. João V inovou na administração do Império, apresentando uma “razão de Estado” funcional.

Essa “razão de Estado” se apresentava então, no império português, como um claro indicativo do surgimento de novas estratégias de governo no Setecentos, buscando-se uma maior racionalidade administrativa e uma preocupação crescente com um ordenamento político, econômico e fiscal que trouxesse maiores vantagens para a Coroa e seus súditos⁴⁶.

Ao mesmo tempo, D. João V, em sua administração, estava cercado por homens que possuíam, no mínimo, uma forte atração pelas Luzes do século XVIII – como é o caso dos diplomatas portugueses D. Luís da Cunha (1662-1740) e Alexandre Gusmão (1695-1753) e do fidalgo Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743). Mais do que isso, através desta tentativa de renovação, estava presente um esforço de superação ou de limitação da hegemonia jesuítica na cultura portuguesa. Tal esforço fica perceptível na aproximação de D. João V da Ordem dos Oratórios, através de privilégios régios, doações e intercessões em prol dos oratorianos no que concerne à entrada da ordem na questão educacional. Foi a partir da

⁴⁵ ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 125

⁴⁶ RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” na cultura política moderna: o império português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha & GONTIJO, Rebeca & SHOIHET, Rachel (Orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 147

tutela joanina que os oratorianos surgiram como real alternativa ao ensino jesuítico, seus colégios chegaram até mesmo a abrir a seus estudantes possibilidades de ingresso na Universidade de Coimbra, concorrendo diretamente com os colégios jesuítas. Em outras palavras

D. João V favoreceu os oratorianos, portadores de novas diretrizes pedagógicas e filosóficas, em detrimento dos jesuítas. Desde as primeiras décadas do século XVIII, diversos alvarás favoreceram a Congregação do Oratório criando uma competição com a Companhia de Jesus, sempre em clima de polêmicas que culminou com o episódio da crítica da gramática latina de Manuel Álvares. O apoio régio foi responsável pela construção da Casa das Necessidades, a doação de uma grande biblioteca e pela incumbência dos oratorianos lecionarem teologia, moral, filosofia, retórica e gramática latina aos jovens portugueses. A doação de uma renda anual tornou-a uma instituição próspera, possibilitando o prolongamento de sua ação fora de Portugal, como ocorreu em Pernambuco na América portuguesa e na Índia em Goa, traduzindo um esforço para o rompimento com o tradicional domínio cultural e pedagógico dos jesuítas (...). A modernidade da Congregação atraiu interesse régio e a proteção do monarca proporcionou auxílio material e prestígio social aos oratorianos. Mesmo não conseguindo historicamente, se equiparar a imensa obra realizada pela Companhia de Jesus, os oratorianos demonstraram que a intelectualidade portuguesa não dependia exclusivamente dos jesuítas⁴⁷.

Hernani Cidade caracterizou a relação Estado e o oratório da seguinte forma

a munificência régia foi auxiliando a Congregação [do Oratório], e a Companhia de Jesus, enclausurada na desgastada Escolástica e no peripatetismo, vê-se relegada para um plano secundário na Filosofia, Lógica, Retórica, Gramática e Pedagogia⁴⁸.

Certo era que em pleno século XVIII, pós ares tridentinos, os jesuítas representavam real incômodo para os monarcas dos países em que estavam presentes. A forma de estruturação da ordem, que reafirmava obediência direta a Roma, sobrepondo-a às autoridades régias, e o seu poder econômico dentro do setecentos – no caso do império português – que fora considerável, eram tidos como uma “ameaça” ao poder dos monarcas ibéricos, já que

⁴⁷ ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 305-306

⁴⁸ CIDADE, Hernâni. **Lições de cultura e literatura portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, 1984. p. 160
Apud: ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 305

Além de gozar de vastos privilégios nos campos missionário e pedagógico, conferidos pela Santa Sé e reconhecidos pelos reis portugueses, a Companhia de Jesus tornou-se também uma das instituições mais opulentas da América Portuguesa. Através de doações e de uma cuidadosa administração de seu patrimônio, acumulou imenso cabedal em sesmarias, propriedades urbanas, fazendas de gado, engenhos e escravos africanos. (...) aos jesuítas, como outras ordens religiosas, foram concedidas vantagens fiscais, isentando-os do pagamento de direitos alfandegários e dos dízimos (...)⁴⁹.

Laerte Ramos de Carvalho, ao analisar o período pombalino expressa uma idéia, que aqui nos apropriamos por considerarmos tal pensamento presente antes mesmo do período pombalino.

Em suas palavras

O jesuitismo, nos seus fins, hábitos e práticas, tornou-se quase um sinônimo de desnaturalização: ‘não há jesuítas portugueses e jesuítas espanhóis – proclamava a dedução cronológica – porque são na realidade os mesmos jesuítas, que não conhecem outro soberano que não seja o seu Geral, outra nação que não seja a sua própria sociedade; porque pela profissão que a ela os une, ficam logo desnaturalizados da pátria, dos pais e dos parentes’. Na defesa dos interesses da sociedade civil, a política pombalina procurou furtar-se aos termos do dilema sacerdócio-império porque, pela força das condições históricas, tentou construir, de acordo com o apoio do próprio clero português, excetuados os jesuítas, a república que dentro do espírito do absolutismo se tornara a preocupação dos teóricos mais avançados do tempo. A religião, na mentalidade que então predominava, era o esteio da ordem civil, o tribunal que, ao resguardar a pureza da fé, resguardava, ao mesmo tempo, os interesses mais legítimos do poder secular⁵⁰.

Outras críticas aos jesuítas vinham, ao mesmo tempo, de intelectuais portugueses – e do próprio Estado português – que os responsabilizavam pela decadência da cultura e das instituições portuguesas em uma Europa *Ilustrada*⁵¹.

Deste modo, o cerceamento da sua ação e a tentativa de limitação de sua hegemonia, exercida nos campos educacional e religioso, era um esforço pretendido pelos monarcas,

⁴⁹ VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 328

⁵⁰ Carvalho, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva, 1978. p. 48-

49 Apud: Moraes, Regina Célia de Melo. **L. A. Muratori e o Cristianismo Feliz na missão dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. Dissertação de Mestrado. UFF, 2006. p.77

⁵¹ ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 305

principalmente ibéricos. Em Portugal tal esforço foi empreendido bem antes da ascensão de D. José I e do tutelado pombalino, como podemos perceber. A aproximação com a Ordem dos Oratorianos em Portugal e o esforço empreendido para que esta chegasse, no mínimo, ao mesmo patamar que a Companhia de Jesus – com o detalhe de que a primeira se distinguiu por reconhecer e se submeter ao poder régio, ao contrário da segunda – junto com as inovações na administração e aproximação de D. João V com homens ligados as *Luzes*, nos leva a alentar a idéia de que aquele monarca, em prol da “razão de Estado”, como sugeriu Ribeiro, possuía uma preocupação de que a forma de pensamento surgida a partir das *Luzes* se tornasse importante para a funcionalidade e racionalidade do Estado português.

2.2 Verney e o Verdadeiro Método de Estudar

Luís Antônio Verney nasceu aos 23 de julho de 1713 em Lisboa, Portugal, filho de um droguista de origem francesa, Dionísio Verney, e mãe portuguesa, Maria da Conceição Arnaud. Seu percurso intelectual iniciou-se com os estudos no colégio jesuíta de Santo Antão indo da Gramática à Retórica. Entre os anos de 1727 e 1730 foi aluno dos oratorianos no curso de Filosofia, e pela mesma Congregação do Oratório tornou-se sacerdote⁵². Em 1731 alcançou o título de bacharel em teologia pela Universidade de Évora e, pela mesma universidade, em 1733 recebeu o título de licenciado e Mestre em Artes. Em 1736, aos 23 anos, instalou-se em Roma onde estabeleceu importantes contatos intelectuais. Sua estadia na Itália lhe permitira integrar os círculos de intelectuais ali presentes, da qual adveio uma nova

⁵² Muitos dos familiares de Verney tinham estreita relação com a Igreja em Portugal e com a Ordem dos Oratorianos: dois de seus irmãos, Antônio Verney e Henrique Verney, foram Familiares do Santo Ofício; outro irmão, Diogo Verney estudou e lecionou na Congregação do Oratório; e dois sobrinhos, Dionísio Chevalier e João Chevalier, foram padres oratorianos. ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 287-288

compreensão de ensino com forte inspiração em princípios ilustrados, que foram bem acolhidos na península itálica. O maior representante deste movimento nesta península foi Luís Antônio Muratori, com quem Verney manteve contato permanente por carta, utilizadas como meio de troca de idéias e espaço de debates.

A correspondência iniciou-se em 1745, quando chega às mãos de Vernei o Tratado Dei Difetti Della Giurisprudenza, editado em 1742 (...) neste tratado, Muratori, em nome da Razão, do direito natural, da erudição, da eloquência, escreveu contra os defeitos da jurisprudência do seu tempo, principalmente os abusos por parte das autoridades, os métodos escolásticos dos juristas, o excesso de leis e de múltiplas interpretações, bem como a falta de uma critica honesta, alimentada pela filosofia, a ética e a verdade histórica⁵³.

Devido a este contato, quase que permanente, verificado através do conjunto de vinte cartas entre os anos de 1745 e 1749, com Muratori, muitos estudiosos do pensamento e da obra verneyniana apontam uma importante influência exercida pelo pensamento de Muratori nas idéias de Verney. Ao mesmo tempo, Verney manteve contatos com políticos e intelectuais compatriotas que viviam fora de Portugal – a título de nota, podemos citar Francisco de Almada e Mendonça e Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal⁵⁴. Durante os 55 anos de estadia em Roma, Verney sobreviveu, acima de tudo, com auxílios pagos pelo governo português por trabalhos realizados juntos a Cúria da Igreja, ou benefícios eclesiásticos adquiridos junto a Coroa portuguesa. Foi durante este período no Mediterrâneo que Verney produziu sua vasta obra pedagógica e seus livros didáticos: *Verdadeiro método de se estudar*, em 1746-1747; *Oração sobre a aliança da Filosofia moderna com a Teologia* em 1747; *Carta ao Marquês de Valença* em 1748; *De orthographia latina liber singularis* em 1747; *Apparatus ad philosophiam et theologiam* em 1751; *De re lógica* em 1751; *De re*

⁵³ Moraes, Regina Célia de Melo. **L. A. Muratori e o Cristianismo Feliz na missão dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. Niterói: UFF, 2006. p. 80-81

⁵⁴ Moraes, Regina Célia de Melo. **L. A. Muratori e o Cristianismo Feliz na missão dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. Op. Cit., p. 80

metaphysica em 1753; *Gramática latina* em 1758; *De re physica* em 1769. Em Roma permaneceu até sua morte no dia 20 de março de 1792.

Foi com a primeira obra, *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e a necessidade de Portugal*, que Verney ganhou destaque entre os seus contemporâneos, sendo reivindicado, até mesmo, como inspirador das reformas pombalinas. E é através desta obra que buscarei trabalhar algumas propostas de Verney para a educação em Portugal. Para tanto, a edição que utilizo como suporte é a organizada por Antônio Salgado Júnior e publicada pela Livraria Sá da Costa em 1949⁵⁵.

O **Verdadeiro Método de Estudar** é uma obra composta por 16 cartas que na edição utilizada está organizada da seguinte forma: volume I *Estudos Lingüísticos* com as cartas I a IV, com uma introdução (1ª carta) reúne suas idéias referentes ao estudo da Gramática Latina (2ª carta), proposta de uso da língua portuguesa nos estudos, o uso da Geografia e da História (3ª carta) e das línguas eruditas como o grego e o hebraico (4ª carta); volume II *Estudos Literários* com as cartas V a VII, nas quais apresenta a questão da Retórica (5ª e 6ª cartas) e da Poesia no reino português (7ª carta); volume III *Estudos Filosóficos* com as cartas VIII a XI, sobre a lógica (8ª carta), Metafísica (9ª carta), Física (10ª carta) e Ética (11ª carta); volume IV *Estudos Médicos, Jurídicos e Teológicos* com as cartas XII a XIV, acerca da Medicina (12ª carta), do Direito Civil (13ª carta) e da Teologia (14ª carta); por fim, volume V *Estudos Canônicos* com as cartas XV e XVI, versando sobre o Direito Canônico (15ª carta) e um resumo de suas propostas com um adentro sobre o estudo para as mulheres (16ª carta). Tenho que ressaltar a estratégia discursiva utilizada por Verney. Como exercício retórico, Verney escreve seu texto, como já dito, em forma de cartas, transmitindo a idéia de um diálogo, de certo modo de via única, com um suposto padre português, possivelmente de sua ordem, que estava no reino, tendo contato com a “realidade” criticada e interessado em suas propostas.

⁵⁵ VERNEY, Luís Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar**. Ed. Org. por Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949.

No texto este hipotético interlocutor é identificado apenas como “Vosso Padre”, ou “V. P.”. Já os jesuítas, alvo de suas críticas, são chamados de “Peripatéticos”. Contudo, Verney manteve-se anônimo, remetendo a autoria a um tal “Barbadino da Congregação de Itália”, uma tentativa de negar, sem sucesso, a autoria do seu *Verdadeiro Método de Estudar*.

Como já sugere Verney em sua famosa dedicatória – *Aos reverendíssimos padres mestres da venerável religião da Companhia de Jesus no Reino e Domínio de Portugal* –, seu *Verdadeiro Método de Estudar* volta-se contra o ensino praticado em Portugal, em especial o jesuítico e a filosofia da neoescolástica. Para Verney o ensino realizado no reino português, sobretudo pelos inacianos, era a principal explicação para o distanciamento de Portugal dos avanços científicos atingidos em fins do século XVII e início do século XVIII em vários países europeus, como a Inglaterra, por exemplo. A escolástica, em geral, era “acusada de puro verbalismo, de apego à disputatio como mecanismo de soluções meramente artificiosas, a escolástica era ainda impugnada pelo seu compromisso com o hilemorfismo, com a física das qualidades e com a lógica formal como teoria do conhecimento”⁵⁶. Para Verney, era o sistema educacional jesuítico, impregnado pela escolástica, o maior responsável pelo atraso educacional e científico de Portugal. Não só a Filosofia, mas também o próprio método de ensino coercitivo, no qual vários castigos físicos eram impostos diante do erro do aluno durante o processo de aprendizagem, eram responsáveis pelo retrocesso lusitano. Diante deste cenário, Verney traz a tona sua contraproposta a este ensino. Seu principal intuito, como tentarei comprovar, era colocar o ensino português em situação de igualdade com as demais nações européias, apresentando os principais avanços “modernos” a serem incorporados na educação; e enfraquecer o predomínio exercido pelos jesuítas. Reformulando o processo educacional, no qual buscou determinar em que momento deveria iniciar a “alfabetização” da criança e as etapas subseqüentes, Verney quis colocar em prática um sistema educacional, que em sua concepção, funcionaria de maneira prática e eficiente. Como lembra Ishaq

⁵⁶ FILHO, Rubem B. **Tradição e Artificio**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 389

Por método, Verney entendia, como era comum na época, uma ordem de disposição das idéias no discurso. Neste sentido, tentou determinar uma ordem de transmissão dos conteúdos de ensino, adaptada aos mecanismos naturais de recepção das idéias, no quadro mais vasto de uma lógica natural⁵⁷.

Assim como inúmeros intelectuais portugueses do setecentos⁵⁸, Verney, diante do diagnóstico de *atraso* cultural de Portugal, buscou romper com tal visão. Procurou desfazer alguns dos elementos tidos com empecilho para o surgimento de um Portugal *moderno*, sem, contudo, romper com a religiosidade, com o catolicismo. Encontrou, portanto, nos jesuítas e na Segunda Escolástica o alvo a ser atacado. Eram estes que impediam a entrada das idéias modernas, como a Filosofia moderna ou a Lógica lockeana. O combate dos princípios escolásticos de ensino pareceu a Verney o principal meio de desconstruir a imagem de *atraso* de outrora. A proposta de um *Verdadeiro Método de Estudar* era o mecanismo pelo qual se construiria a nação moderna e em condição de igualdade com o resto da Europa. A adaptação e introdução dos avanços atingidos no conhecimento filosófico e científico em outros reinos se fazia necessário. A proposição de um novo programa pedagógico, incorporando tais avanços, foi o meio encontrado por Verney para a modernização e o alinhamento de Portugal com a perspectiva ilustrada, tida como *moderna*.

Assim, como buscarei demonstrar nos próximos capítulos, Verney recorreu à ilustração, com sua busca pela racionalidade do indivíduo, e ao empirismo como meio de apontar o atraso do ensino português; por outro lado, de colocar em prática suas propostas; e se apresentar enquanto “moderno”, alinhado com seu tempo. Embutido de um roupagem ilustrada, buscou conjugar algumas idéias com base na ilustração, no racionalismo, com as idéias religiosas, já que não criava um anticlericalismo, ou uma forte crítica a Igreja, à qual pertencia. Ao mesmo tempo, se apropriou do conhecimento estabelecido – no caso a escolástica – no que se refere à questão das leis, não abdicando da contribuição do

⁵⁷ ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**. Op. Cit., p. 294

⁵⁸ A título de nota podemos citar Teodoro de Almeida (1722-1804) dentre outros.

pensamento jesuítico ao entender o mundo de forma ordenada hierarquicamente através de leis.

Nossa hipótese é, desta forma, que a Ordem dos Oratórios – que teve seu apogeu em pleno século XVIII, que obteve vastos benefícios régios durante o reinado de D. João V – estava alinhada politicamente com um claro esforço do Estado português de limitação do poder dos jesuítas, antes mesmo do tutelado pombalino. Isto pode ser comprovado pelos benefícios régios voltados a Ordem, pela estadia de Verney durante 55 anos em Roma custeada por benefício pagos pela Coroa, pela troca de correspondência com o futuro Marquês de Pombal e a forma direta e didática como Verney apresentou suas idéias reunindo, em seu *Verdadeiro Método de Estudar* pensadores e idéias opostas, além de alinhada com um projeto político, sua obra parece ter tido a *intenção* de tornar-se um manifesto prático para a substituição do programa de ensino jesuítico.

Esta é a hipótese que buscarei comprovar nos próximos dois capítulos. Aponto, por um lado, a utilização de uma roupagem *ilustrada* por Verney no *Verdadeiro Método de Estudar* ao apresentar uma ciência *moderna* de forma homogênea, sem distinção entre os pensadores citados e suas respectivas idéias; por outro lado, o não rompimento com a tradição escolástica, presente em sua formação e na cultura portuguesa, transparece quando tratar sobre a questão da Ética e da Jurisprudência.

FILOSOFIA E CIÊNCIA MODERNA NO PENSAMENTO VERNEYNIANO

No capítulo anterior busquei apresentar, de forma sucinta, um pequeno histórico da Congregação do Oratório no século XVIII – associando o seu crescimento aos benefícios e privilégios régios recebidos, principalmente, no reinado de D. João V –, bem como uma pequena biografia do Padre Luís Antônio Verney e a apresentação da sua obra, foco de nossa análise, **O Verdadeiro Método de Estudar**.

Neste capítulo tento compreender, dentro do pensamento verneyniano, a idéia de FILOSOFIA e a idéia de CIÊNCIA MODERNA; suas funções segundo o pensamento do oratoriano; e como ele entende ambas sendo praticadas pelos inacianos. Aqui buscarei demonstrar que Verney se apropriou do que era considerado “moderno” no século XVIII

dentro da filosofia e da ciência, englobando diversos pensadores de modo acrítico, para apresentar um plano de filosofia e ciência “modernas” e se apresentar enquanto “moderno”.

3.1 Filosofia e Ensino de Filosofia: Crítica e Proposta Verneyniana

O terceiro volume do *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney é todo dedicado aos estudos filosóficos, englobando quatro conjuntos de cartas que versam sobre: Filosofia e Lógica (carta oitava), Metafísica (carta nona), Física (carta décima) e Ética (carta undécima). Neste capítulo me centrarei na análise da carta oitava e nas indicações verneynianas para o estudo e ensino da Filosofia e da Lógica⁵⁹.

Nesta, logo de início, Verney apresenta o estudo das escolas de filosofia do Reino Lusitano como uma variante do que se ensinava nas escolas baixas. O estudo da Filosofia em Portugal, segundo o oratoriano, era dividido em quatro anos: no primeiro centrava-se nos tratados de “universais” e “sinais”; no segundo ano continuava-se com os “sinais”, depois tratados de “matéria primeira” e de “causas”; no terceiro ano passava-se para as “intelecções”, “notícias”, “tópicos” e “metafísicas”; no último ano o aluno dedicava-se ao estudo dos tratados “geração e corrupção” e “anima in communi”. No final do quarto ano o indivíduo gradua-se filósofo. Inútil, resume Verney:

Se isto pode ser bom método, se tais matérias podem formar um bom filósofo, eu o deixo considerar aos pios leitores. Pergunte-lhe V. P. aqueles Universais e Sinais de que coisa servem quando se acaba a Filosofia. Diga-lhe que lhe apontem em que parte da Teologia são necessários; que dogma se explica com tal doutrina; faça-lhe outras perguntas destas; e verá que limpamente lhe confessam que tudo aquilo morre com a escola. Se repetir a pergunta em outras matérias, concluirá o mesmo. E eis aqui tem V. P. o que significa Filosofia nestes países⁶⁰.

⁵⁹ VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar*. [1746] Ed. Org. por Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949. vol. III

⁶⁰ VERNEY, Idem, p.7

Continua afirmando que o pior está na satisfação que sentem por terem estudado tudo. A proposição de algo diferente ou de esclarecimento das idéias de Aristóteles e de seus erros gera incertezas e desespero nos seguidores daquele método. Cheiram a heresia proposições, que se tornam contrárias à Bíblia e as determinações dos concílios e costumes da Igreja. “Galilei, Descartes, Gasendo, Newton, e outros destes que a não seguiram, cheiram ateístas, ou, pelo menos, estão um palmo distantes do erro (...) os estrangeiros que defendem isto são quatro bêbados, que impugnam o que não entendem, e não entendem o que proferem”⁶¹.

A não incorporação da filosofia dos modernos no reino, e a adesão a uma filosofia atrasada, ocorrem por completa ignorância e desconhecimento da filosofia dos modernos, afirma Verney. Não buscam se informar da filosofia dos modernos, não os lêem e, em conseqüência, cometem erros baseados em afirmações desprovidas de embasamento. Tal desconhecimento é exemplificado pela relação que os estudiosos da filosofia do reino estabeleceram com a obra de Descartes. Mesmo não sendo cartesiano, em suas palavras, Verney afirma que a ignorância demonstrada pelos escolásticos deriva da falta de estudo da história das ciências e pela inércia que os mesmos demonstraram em não buscarem abandonar velhos preceitos e reconhecerem os avanços promovidos por Descartes na Matemática e na Filosofia. O valor dos avanços cartesianos encontra-se, segundo Verney, em sua capacidade de inventar um sistema, sendo o primeiro a alçar hipóteses que explicassem todos os fenômenos naturais, permitindo a reforma das ciências. Figura central para que a ciência atingisse maiores avanços, “... é também certo que, se ele não fosse o primeiro, os outros não teriam cuidado de emendar os seus erros e de adiantar os estudos como estão hoje”⁶².

Outra variante que impede o abandono da Filosofia praticada é o preconceito dos ibéricos com a cultura estrangeira, tida como inferior. Franceses, ingleses e holandeses tentaram aproveitar os conhecimentos técnicos e os avanços intelectuais atingidos por outras

⁶¹ VERNEY, Idem, p.9

⁶² VERNEY, Idem, p.15

nações, enquanto que em Portugal “... vejo desprezar todos os estudos estrangeiros, e com tal empenho, como se fossem maus costumes ou coisas muito nocivas”⁶³. Verney propõem-se, então, a apresentar uma sucinta História da Filosofia para demonstrar as perdas e os equívocos cometidos pelos portugueses estudiosos da filosofia. Neste caso, Verney coloca em prática uma de suas proposições para a sistematização dos estudos. Como demonstrado em estudo recente, na carta terceira (Estudo da Latinidade), dos estudos lingüísticos (primeiro volume do *Verdadeiro Método de Estudar*) Verney ressalta a necessidade da utilização da História como instrumento auxiliar no estudo das disciplinas – buscando destacar a importância que é se ter conhecimento de como surgira a disciplina a ser estudada (Retórica, Filosofia, Física...), os principais expoentes e obras⁶⁴. Esboçando tal prática, Verney inicia sua História da Filosofia com os antigos gregos e romanos, passa para a intercessão entre a antiguidade e a Filosofia moderna e termina com a Filosofia moderna. Esta se inicia com o sistema físico-celeste de Copérnico, passando pelos avanços físicos de Francis Bacon, Galilei Galileu e sua contribuição para Mecânica, Descartes, o papel das academias e os avanços dos estudos no século XVIII que colocaram em xeque os conhecimentos defendidos pelos peripatéticos, ou aristotélicos. Enfim, no raiar do setecentos muitos já admitiam a Filosofia dos modernos independente da “crítica” dos concílios. Até mesmo os jesuítas franceses e italianos admitiam a Filosofia moderna, mesmo que, como sugere Verney, fosse somente para não perderem seu espaço de ação:

Os doutíssimos dominicanos e jesuítas, que pareciam os mais empenhados pelo antigo método, começaram a admitir a nova filosofia, não só na França, mas ainda em Itália. E eu sei de certo que, em algumas partes de Itália, os Jesuítas, vendo que nas suas escolas e colégios faltavam consideravelmente os estudantes, que concorriam a outros estudos públicos, se viram obrigados a reformar o antigo método e introduzir os estudos novos. Tão persuadidos estão todos hoje que o antigo método não serve para coisa alguma⁶⁵.

⁶³ VERNEY, Idem, p.18

⁶⁴ SILVA, Iverson Geraldo da. *A Retórica de Verney e a Ilustração Católica Portuguesa*. In: **Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural – Mundos da Imagem: do texto ao visual**. Florianópolis: CD-Room, 2006. ISBN 8598958034, p.2105-2114

⁶⁵ VERNEY, *Verdadeiro Método de Estudar*, Op. Cit, p.35-36

Verney sugere que, embora as inovações da Filosofia moderna estivessem sendo incorporadas por jesuítas fora do reino, contudo os inicianos lusitanos continuavam insistindo na filosofia guiada pelos princípios aristotélicos e tomistas. O problema, dá a entender Verney, não estava nos jesuítas, mas sim nos jesuítas portugueses. Para o oratoriano, os peripatéticos, os que se dizem seguidores da Filosofia no reino lusitano, são reféns de interpretações falhas sobre as idéias de Aristóteles. Na realidade demonstram total desconhecimento do pensamento aristotélico, do qual passaram a ser difusores das interpretações falhas. Deste modo, os mestres de filosofia em Portugal erravam duplamente: por condenarem a Filosofia moderna e por pautarem seus conhecimentos filosóficos em interpretações errôneas de Aristóteles. Na visão de Verney, a Filosofia aristotélica não é errada, mas foi vítima de má interpretação. Em suas letras:

E também se conhece com quão pouca razão queiram persuadir-nos que os SS. PP. aprovaram a doutrina de Aristóteles; pois, não sendo ela (ou pelo menos esta que passa com o nome de Aristóteles) conhecida antes do século XIII, é bem claro que os PP. não podiam aprovar uma coisa que não conheciam, nem entendiam que nasceria no mundo. Segundo V. P. que, se estes Mestres que hoje exaltam tanto Aristóteles conhecessem os PP., não pelo sobredito, mas por dentro, e tivessem bem examinado as suas obras, ficariam envergonhados da sua grande ignorância e talvez temeridade; pois veriam nos escritos dos Padres que nada mais encomendam que deitar fora das escolas Aristóteles, evitar todos os sofismas da Dialéctica; mas despida totalmente de arengas. E nesta paz se continuou até o undécimo século, no qual, como acima digo, introduziram nas escolas estas embrulhadas. De sorte que, a examinar bem o negócio, Aristóteles é mui moderno nas escolas católicas; e ainda nessas não durou senão até o Concilio de Trento; pois, de então para cá, pouco a pouco se abriram os olhos ao mundo, e hoje todos os tem mui bem abertos⁶⁶.

Para Verney Filosofia nada mais é do que “... conhecer as coisas pelas suas causas; ou conhecer a verdadeira causa das coisas”⁶⁷, tal definição se aproxima da concepção aristotélica. Mas, ao mesmo tempo, o saber e o discurso filosófico, a busca pelo conhecimento das causas

⁶⁶ VERNEY, Idem, p.37-38

⁶⁷ VERNEY, Idem, p.39

das coisas pode vir cercado de engano. Para distinguir os conhecimentos, segundo Verney, entra em cena a Lógica, que, como faz questão de afirmar, é anterior a Aristóteles. A *Lógica* tem a função de ser o princípio de discernir as verdades sobre o conhecimento das “causas” e das “coisas”. “De sorte que esta chamada Lógica nenhuma outra coisa é mais que um método e regra que nos ensina a julgar bem e discorrer acertadamente”⁶⁸. Logo, se a Lógica possui tão importante função, o não entendimento de seu papel e o mau uso tornaram-se determinantes para o apego a uma Filosofia contrária à dos modernos.

Verney argumenta que a Filosofia e o ensino da filosofia pelos escolásticos é refém de uma Lógica guiada por conjuntos de regras e tratados que só fazem aumentar a confusão e o não entendimento das discussões por parte dos estudantes. A Lógica escolástica torna-se confusa e de difícil entendimento em razão da persistência em se abordar a Filosofia com regras, tratados e vocabulário redundante.

Este é o grande defeito que eu acho nestas lógicas: não buscarem aquelas coisas em que todos convêm, para as explicar aos estudantes; não acharem um método de ensinar Lógica, começando por documentos claros, que todos entendam, fugindo todo o gênero de disputas, que não servem para principiantes. Pois este devia ser todo o seu cuidado, e quem não pratica este método, não quer ensinar Lógica⁶⁹.

De todo este processo confuso e imbricado, Verney conclui que

Os ignorantes das regras se têm engenho e alguma lição, oram e provam melhor o que dizem do que os Lógicos e Oradores da Escola. O homem ignorante das regras não perde tempo com palavrinhas, mas vai direto a razão, e busca aquelas que conduzem ao seu intento. Ora é sem dúvida que as razões, e não as palavras, são as que persuadem e provam o que se quer. Poderão as palavras e modo com que se diz dar mais luz as razões; mas palavras sem razões nada provam. E esta é a razão por que os Lógicos finos discorrem pior que os que não são Lógicos. E esta mesma razão me dá fundamento para dizer que é melhor que não se fale em tais regras⁷⁰.

⁶⁸ VERNEY, Idem, p.40

⁶⁹ VERNEY, Idem, p.48-49

⁷⁰ VERNEY, Idem, p.54

A utilização do método silogístico como meio de dar fundamento à Lógica é, segundo Verney, outro problema em que incorrem os escolásticos. O silogismo torna o discurso e a Retórica enfadonhos, além de ser limitador e simplificador de interpretações. Quando da utilização de um silogismo composto de várias proposições, a interpretação e o emprego de tal silogismo torna-se deficitário. Logo, o silogismo é, para Verney, sem proveito. Pois, na argumentação, no discurso, o importante é a utilização da razão e de provas que substanciem a argumentação:

Acho ainda outra razão, e cuido ser mais forte, para não seguir este método do silogismo. Vem ser que o silogismo não serve em modo algum de ajudar a razão para que aumente os seus conhecimentos e neles discorra bem. Quando se há-de persuadir e discorrer bem, o primeiro e principal ponto está em descobrir as provas, o segundo, em dispô-las com tal ordem, que se conheça clara e facilmente a conexão e força delas; o terceiro, em conhecer claramente a conexão de cada parte da dedução; o quarto, em tirar uma boa conclusão do todo. Estes diferentes graus se conhecem muito bem em qualquer demonstração matemática. Uma coisa é perceber a conexão de cada parte, ao mesmo tempo que um mestre vai explicando a demonstração; outra coisa diferente conhecer a dependência que a conclusão tem de todas as partes da demonstração; terceira coisa, muito diferente, conhecer por si mesmo, clara e distintamente, uma demonstração; e, finalmente, uma quarta coisa, totalmente diferente das três, ter achado as provas de que se compõe a demonstração. O que suposto, o silogismo não faz mais que mostrar a conexão das partes, sem ensinar a buscar as provas; onde fica claro que não é de grande socorro a razão⁷¹.

A Lógica deve estar pautada, acima de tudo, na razão, no empirismo e na experiência, o que evidencia a explícita influência dos escritos lockeanos e newtonianos no pensamento do oratoriano⁷². Pois, “a verdade e a razão é uma só. Todos podemos discorrer e entender o que nos dizem; e quem fala em que melhor o entendam, e prova melhor o que diz, esse é que se deve seguir, com preferência aos outros”⁷³. Em contra partida, em substituição desta “Lógica peripatética”, Verney traz a proposta de uma Lógica Moderna. Segundo Antonio Salgado

⁷¹ VERNEY, Idem, p.54-56

⁷² NEVES, Guilherme P. *Luís Antônio Verney*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 351; PEREIRA, Op. Cit., p. 52; SILVA, *A Retórica de Verney e a Ilustração Católica Portuguesa*, Op. Cit.

⁷³ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, Op. Cit., p.78

Junior, organizador da edição portuguesa, Verney utiliza-se nesta seção dos escritos filosóficos de Locke⁷⁴, chegando até mesmo a reproduzi-los. Para Pereira, a adesão, por parte de Verney, aos princípios lockeanos é sintoma da incorporação de uma segunda linha da nova estruturação do discurso filosófico e científico em Portugal no século XVIII⁷⁵. Cláudia Heynemann aponta que

Verney filia-se decisivamente a Locke, ou ao menos, a uma determinada leitura de Locke, contra o racionalismo e a especulação, tal como predominará na tendência empirista que domina a cena científica portuguesa no período, exigindo a observação, a clareza e o método, distantes do peripatetismo, mas não estranhos a Aristóteles⁷⁶.

A Congregação do Oratório foi uma das responsáveis pela introdução desta linha, aproveitando e conjugando o experimentalismo de Newton com o empirismo de Locke⁷⁷. A seção em questão começa com a afirmação categórica de que Deus criou o Homem, e a este atribuiu uma alma capaz de lhe conferir a capacidade de adquirir conhecimentos. Ao mesmo tempo, pertence a Deus o maior domínio sobre os conhecimentos. O homem, portanto, nunca atingirá tal patamar. Por ter sido criado por Deus, a queda do homem do paraíso, devido ao pecado original, legou-lhe a tendência ao engano e, de certo modo, a Lógica, que foi criada por Deus, veio permitir o discernimento, diminuindo a probabilidade de engano.

O indivíduo, segundo Verney, inicia sua aquisição de conhecimentos através daquilo que vê, sente, enfim, através dos sentidos. Estas idéias adquiridas pelos sentidos a mente humana combinam e daí resultam as idéias compostas. As idéias compostas, por sua vez, dividem-se em idéias de modos – dos modos simples (como noção de imensidade e quantidade) e dos modos mistos (como a noção de beleza e amizade) – ou seja, idéias abstratas; idéias das substâncias, é a junção de idéias simples que são utilizadas para dar

⁷⁴ Ver nota 3, In: VERNEY, Idem, p.79

⁷⁵ A primeira linha é composta pelos cartesianos, PEREIRA, Op. Cit., p.41

⁷⁶ HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. **As Culturas do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2008. (No prelo), p. 226; a autora ressalta ainda a forte influência do pensamento de Cícero nas idéias de Verney presentes na carta oitava.

⁷⁷ PEREIRA, Op. Cit., p.44

sustentação às idéias abstratas (como a idéia de diamante = cristalino + duríssimo, ou a própria idéia das substâncias do corpo); e idéias das relações, que são relações possíveis oriundas das coisas (Pedro é um homem casado, logo ele é homem e marido). Finalmente vêm as idéias chamadas universais, aquelas que são capazes de dar um sentido único para objetos ou idéias. Por exemplo, existem três tipos de triângulos (equilátero, isósceles e escaleno), cada um com suas características, “mas, considerando os ditos triângulos somente como uma figura de três ângulos, sem determinar as propriedades de cada um, formamos uma idéia universal que se pode aplicar a cada triângulo de per si”⁷⁸.

O homem comunica suas idéias por sinais, por vozes, por palavras que “não significam os pensamentos por virtude natural, mas porque assim o determinaram os homens. A maior parte das palavras são gerais, quero dizer, significam idéias gerais; porque seria impossível e inútil que cada coisa particular tivesse um nome distinto”⁷⁹. A mente humana é detentora da noção de Percepção e de Juízo, o que permite ao homem formar as idéias e a escolher a que melhor lhe convir, respectivamente. O juízo ainda assume várias formas: ele é enunciado; possui proposições, resultando em sujeito e predicado; pode ser afirmativo ou negativo; possui a função explicativa (juízo explicativo nominal, ideal e real); pode ser duvidoso, verossímil e inverossímil e pode ser um juízo falso ou verdadeiro. Para não incorrer no engano ao formular um juízo, tornando-o falso, é de fundamental importância atentar para as Evidências:

Sobre isto da evidência, há diversos graus: se a proposição é evidente sem prova, chama-se axioma; se em vigor das provas se faz evidente, chama-se ilação ou conclusão evidente. Também estas conclusões evidentes segundo as matérias, recebem diversos nomes: umas vezes dizemos que tem evidência metafísica, outras física, e outras moral, as quais sem muito trabalho se entendem⁸⁰.

⁷⁸ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, p.93-94

⁷⁹ VERNEY, *Idem*, p.94-95

⁸⁰ VERNEY, *Ibidem*, p.100

Verney continua destacando que o raciocínio ou o discurso é a principal operação da mente humana. Seguindo o mesmo argumento, este discurso pode ser contaminado por erros ou enganos de origem mais diversa – enganos oriundos das idéias, das explicações geridas pelas idéias, das palavras e seus significados e do afeto ou paixão por uma causa. O método, segundo Verney, é mais um elemento que vem suprir ou impedir que o filósofo permaneça no engano. O método pode adotar duas formas: método analítico, para aquisição do conhecimento, e método composto, para difundir o conhecimento. Para Verney:

O método [é] aquela operação do entendimento tão necessária em todo o gênero de ciências, e sem a qual não se pode discorrer bem. O discurso é aquele progresso que o entendimento faz de um conhecimento para outro; o método é o que prepara a matéria ao discurso. De sorte que a mente, com o método, dispõe as idéias em boa ordem, e, com o discurso, reconhece a conveniência delas⁸¹.

A Lógica Moderna, portanto, explora elementos integrantes da racionalidade do indivíduo. Ao contrário da Lógica peripatética, prepara o indivíduo para qualquer discussão em todos os campos do conhecimento e não só no teológico ou no filosófico. A palavra é parte integrante do discurso, mas a evidência tem mais peso na Lógica discursiva, que foca o entendimento em detrimento dos discursos vazios e redundantes do silogismo escolástico. Para Verney o erro da Lógica predominante no reino é o fato de se perder em vários tratados sem utilidade, abrindo mão de princípios que percebem a formação do discurso e a exposição prática da mesma. Este problema, em sua concepção, a Lógica moderna resolve.

A Filosofia e a Lógica moderna superam aquelas defendidas pelos peripatéticos por não insistirem nos erros ali contidos. Prevalece o raciocínio lógico pautado em um discurso comprobatório, inspirado na experiência e na prova. A Filosofia que daí nasce sempre busca mecanismos e soluções que não permitam que ela se entregue a erros ou enganos. Esta prática equivocada, segundo Verney, refletia-se no ensino. Tornava a aprendizagem confusa e de pouca eficiência. Tratados, silogismos e sofismo retiravam a essência da Filosofia e da

⁸¹ VERNEY, Idem, p.105

Lógica. Essência recuperada, ou introduzida, pela perspectiva moderna. De modo geral, percebemos que Verney reproduzia a imagem que muitos pensadores, principalmente os de origem francesa, possuíam de Portugal. O atraso ocorria não pela religiosidade, afinal foi Deus quem criou o homem com uma alma capaz de adquirir conhecimento, mas devido à perspectiva filosófica e epistemológica adotada e seguida.

3.2 Física Moderna e Escolástica: Qual Caminho a se Seguir?

No século XVIII a Física ganha importante destaque no campo filosófico, influenciado, acima de tudo, pelas transformações ocorridas no campo científico no decorrer do século XVII. Isto foi percebido pelo padre Verney. Elemento de imenso destaque no método de Verney é sua busca de atualizar os conhecimentos filosóficos e físicos a serem ensinados em Portugal. Considerava necessário um alinhamento com os estudos recentes da física experimental e a aplicação de vários dos preceitos lockeanos.

Luís Antônio Verney, tal com Feijóo, em Espanha, fará um balanço crítico de convenções e concepções de saber, a par de um projecto de reforma mental e pedagógico e desvincular-se-á, definitivamente, do universo escolástico, recolhendo o empirismo de Locke⁸².

Arriscamos a dizer, guardadas as devidas proporções das duas formas de pensamento (Verney x Feijóo), que Verney aprofunda a discussão de uma Física mais moderna. Sua carta décima, terceiro volume do seu *Verdadeiro Método de Estudar*, dedica-se unicamente à

⁸² PEREIRA, Op. Cit., p. 52

apresentação da Física, que segundo ele é a principal parte da filosofia. Novamente utiliza como parâmetro a oposição entre aquilo que é compreendido e ensinado segundo a escolástica (tido como *atrasado*) na qual aponta os problemas de tal ensino, e o método *moderno*, do qual se faz portador da adaptação e introdução em Portugal.

Já disse a V. P. em outra carta **que Física era o conhecimento da natureza de todas as coisas**, o que se alcança por meio das suas propriedades e da redução aos próprios princípios. (...). O que suposto, **digo que neste Reino não se sabe que coisa é Física**, ainda aqueles que falam muito nela. Querendo V. P. lançar os olhos sobre aquilo a que aqui chamam Física, entenderá melhor o que lhe digo. **Toda esta Física se reduz a tratar da Matéria, Forma e Privação in abstracto, dos apetites da matéria, das divisões das Negações e outras causas também em comum. (...). Ora é bem claro que tudo isto são arengas que nada significam, e é disputar de nomes, sendo certo que eles não provam que há tal Matéria, ou Forma, ou Privação, como eles imaginam.** E quanto aos nomes, todos os admitem: a dificuldade está em determinar o que significam os tais nomes. Um atomista também se serve da palavra matéria, forma e privação; um epicureu, um pitagórico etc., um artífice que faz uma estátua, também se pode explicar pelos mesmos termos. Nisto convimos todos. Onde, se o Peripatético não quer mais que isto, não há mais verdade que o que ele diz. Mas eles não querem só isso: querem que existam umas tais coisas como eles imaginam, e disso é que nós quiséramos as provas, as quais ainda até aqui não tem aparecido⁸³.

Segundo Verney, o maior de todos os problemas da Física escolástica é o fato de basear-se unicamente nos princípios aristotélicos, ou, até mesmo, o fato de não saberem interpretar os princípios aristotélicos. Haveria, para ele, uma clara distinção entre Aristotelismo e Escolasticismo⁸⁴. Verney afirma ter recorrido aos textos de Aristóteles, aos escritos de seu maior perpetuador na Idade Média, São Tomás de Aquino e aos textos de Cícero que, mais que São Tomás, tinha um conhecimento da obra de Aristóteles no original, além de conhecer os parâmetros aristotélicos e platônicos. Sua argumentação caminha no sentido de mostrar que, para os aristotélicos, não existe a idéia de que “... as *formas* sejam entes distintos da *Matéria*; antes tudo o contrário”⁸⁵. Na realidade, como dissemos acima, o

⁸³ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p. 168-169, destaque do autor.

⁸⁴ HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. **As Culturas do Brasil**. Op. Cit., p. 228

⁸⁵ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit., p. 170

erro dos peripatéticos – na visão de Verney – encontra-se não no fato de seguirem Aristóteles, mas por se basearem em interpretações errôneas de suas obras, de forçarem o conhecimento dentro de sua forma de pensamento, sem se preocuparem em comprovar suas conjecturas. De modo que:

Nestes livros [*História animalium*, *Partibus animalium* e *Generatione animalium* de Aristóteles] não se serve de Matéria, Forma e Privação [como os incansáveis tratados escolásticos]; mas observa miudamente as operações, as partes, o modo de gerar, a diversas espécies de ovíparos e vivíparos. **No que mostra o uso que se deve fazer da experiência, e o modo com que se deve tratar a Física. Mas isto, que fez Aristóteles, não fazem os que se chamam Aristotélicos; antes, mui pertinazes nos seus costumes, tendo-se-lhe metido em cabeça que Aristóteles disse o que eles supõem (o que colhem de algumas palavras obscuras), arrastam violentamente as outras palavras par ao mesmo sentido que querem, e não fazem caso da prova claríssima que se tira das suas mesmas obras**⁸⁶.

Para Verney outro problema da Física peripatética é o constante apego ao argumento de autoridade, o fato de sempre buscarem respaldo e se esconderem “com a capa da religião”, principalmente quando tratam das chamadas “formas acidentais peripatéticas”. Rômulo de Carvalho descreve este ponto como um dos importantes vetores da discussão entre “antigos” e “modernos” em Portugal setecentista. “A grave discussão (...) era a dos chamados *acidentes* dos corpos, aquilo a que chamaríamos as propriedades que os caracterizam”⁸⁷. Para os escolásticos os acidentes (características próprias de objetos ou animais em geral) eram entidades que existiam independentes da matéria em que se manifestavam. Tal fato se dava, acima de tudo, pela questão da eucaristia, da transubstanciação.

Os teólogos, e com eles os peripatéticos, tinham necessidade de considerar os chamados acidentes como entidades, e entidades distintas da matéria, porque, na Sagrada Eucaristia, sob as espécies do pão e do vinho, se encontram, “verdadeira, real e substancialmente”, o corpo, o sangue, a alma e a divindade de Cristo, consoante os próprios

⁸⁶ Idem, p. 174, negrito nosso.

⁸⁷ CARVALHO, Rômulo de. *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. p. 10-11

termos do dogma. Sendo tal afirmação indiscutível, arrastava consigo conseqüências inevitáveis que se estendiam a toda a Natureza⁸⁸.

Para Verney tal forma de pensamento é fruto da ignorância. “Primeiramente até agora não definiu a Igreja que houvessem acidentes na Eucaristia. Isso vemos nós todos; e não costuma a Igreja definir o que se vê”⁸⁹. A questão é o desconhecimento da postura da Igreja. Ao questionar a “questão dos acidentes” Verney não colocava em evidência uma faceta de crítica à Igreja ou a um elemento essencial da cerimônia religiosa, até mesmo porque ele é um religioso. A questão era científica⁹⁰, já que

Se, pois, os acidentes sejam aristotélicos, ou não, ainda até aqui não se moveu essa controvérsia na Igreja. Nem cuido se moverá; porque isso não pertencente à fé com que nos devemos salvar, nem à jurisdição que Deus deu à Igreja, a qual somente se dirige aquele ponto, e não a filosofia. E nunca a Igreja costumou definir questões de filosofia que não tocam com o dogma⁹¹.

Por mais diversas que fossem as formações acadêmicas dos ilustrados portugueses do século XVIII, muitos deles estavam unidos através do discurso do atraso, como já apontado, ou na chamada “disputa entre antigos e modernos”. Em nota anterior⁹² apontamos que a “questão dos acidentes” era um elemento comum no discurso ilustrado em Portugal, mas, como bem lembra Carvalho, o elemento de maior unidade dentre os “modernos” e de distinção em relação aos escolásticos era a “questão da experiência”. A Física experimental, pautada na observação e na experiência, para daí se chegar a conclusões, era adotada por Verney como a perspectiva moderna a ser seguida, em especial a newtoniana. A experiência lhe permitia comprovar o que se diz, esta era e é a lógica. Contudo, a Física escolástica pautava-se em

⁸⁸ Idem, p. 12

⁸⁹ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p.175

⁹⁰ A questão dos acidentes perpassava inúmeros autores e escritos, o que nos leva a pensar que haviam elementos que unificavam a corrente dita “moderna”. Um exemplo é a mesma postura crítica apresentada por Teodoro de Almeida, alguns anos depois de Verney como podemos ver em: CARVALHO, Op. Cit.

⁹¹ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p.176

⁹² Ver nota 90.

...disputas sobre as Formas Cadavéricas e a Ordem Transcendental entre Deus e as Criaturas, com outras semelhantes ridicularias que descem daquele primeiro e errado principio; e, com muito trabalho, ficam ignorantes de Física. Tantos anos de disputas, tantas subtilezas, não deitam uma oitava de verdadeiro espírito filosófico, quero dizer, de um juízo prudente e crítico, capaz de fazer observações úteis e discorrer com fundamento sobre as causas de qualquer efeito natural. A três ou quatro palavras se reduz toda a sua Filosofia Natural⁹³.

Fogem, os jesuítas, da experiência e da observação, de onde conclui Verney que “Tanto sabe um puro peripatético dos efeitos naturais quanto sabe um cego de cores: ambos falam do que não viram, um porque não tem olhos, e outro porque não quer ter”⁹⁴. Verney continua sua divagação afirmando que “para discorrer bem sobre a natureza é necessário ter juízo claro, com todos os requisitos para observar bem: observar muito e bem, ou saber-se servir dos que o fizeram, e fundar os seus raciocínios em princípios evidentes, quais são os matemáticos”⁹⁵. Verney conclui que observação, experiência e postura peripatética não combinam e são inconciliáveis.

Para comprovar sua tese recorre a outro elemento que mobilizava “antigos e modernos”: a “questão do vácuo”. Neste caso havia, até mesmo, uma nítida diferenciação entre os modernos, contrapondo os gassendistas e cartesianos aos newtonianos, estes por reconhecerem o átomo, aqueles por o ignorarem. Verney recorre à questão da ascensão da água no vácuo da seringa (por que isto ocorria?). Para o físico escolástico era o medo que a água tinha do vácuo, enquanto os modernos explicavam pela questão do “peso do ar”⁹⁶. Outro exemplo é a questão da circulação do sangue. Os peripatéticos, para a explicarem, recorrem a metafísicas, como “que, admitida a circulação, entende-se melhor como o sangue leva o calor e espíritos a todas as partes do corpo, para que elas possam fazer as suas fundações”⁹⁷. Para eles a circulação servia apenas como distribuição de calor pelo corpo. Entretanto,

⁹³ Idem, p. 179

⁹⁴ Idem, p. 180

⁹⁵ Idem, p. 183

⁹⁶ Idem, p. 184

⁹⁷ Idem, p. 187

A prova da circulação do sangue é que vemos inchar a artéria da parte do coração, e a veia da parte contrária (digo quando se atam ou apertam). Além disso, vendo-se com o **microscópio** que toda a nossa carne é um composto de sutilíssimas fibras, que se compõem de vastos miudíssimos, e vendo também que os vasos saguínferos não são os menores, mas os da linfa, que nascem daqueles, segue-se que a linfa se deve distribuir por todas as partes do corpo, para as alimentar; muito mais, porque a transpiração prova bem que a linfa chega a todas as extremidades dos vasos (...). Prova-se novamente com o movimento do coração, que por força há-de empurrar o sangue pela artéria; prova-se da elasticidade dela, e não da veia etc., e com algumas mais razões que quem é prático da Matemática entende logo⁹⁸.

Este conhecimento da circulação sangüínea em si, possivelmente, é pautado na experiência e nas observações do corpo humano e desenvolvimento do conhecimento da anatomia humana que estavam sendo desenvolvidos desde o Renascimento quinhentista em boa parte da Europa. Novamente a observação e a experiência são as bases para a Física. Segundo Verney

Nós não temos conhecimento imediato das naturezas; unicamente temos dois meios para o conseguir: **observar as propriedades e ver se, mediante alguma resolução, podemos chegar a conhecer os princípios de que se compõe esta ou aquela entidade física**. Este deve ser o primeiro emprego do físico: observar e discorrer. Não devemos querer que a natureza se componha segundo as nossas idéias aos efeitos que observamos na natureza. Este é o grande defeito do peripato: preocupados com a sua Matéria, Forma e Privação, julgam que são capazes de disputarem em toda matéria. Crêem poder explicar tudo com aquelas expressões, e tudo embrulham com elas⁹⁹.

Verney aponta que a Física escolástica se esconde na autoridade dos antigos. Prendem-se na Física dos antigos, como fora aprendida ou ensinada pelos filósofos gregos, mesmo que a experiência comprove a falha de tal pensamento. Para Verney o conhecimento dos antigos foi importante para aquele tempo em que viveram, sendo base para o desenvolvimento, até mesmo das novas perspectivas físicas. Contudo, não pode ser tomado como verdade absoluta. “Abra V.P. Aristóteles, e fico seguro que, depois de ler um dia inteiro, não colherá coisa alguma de boa. Estou certo, porém, que, se ler alguma lógica

⁹⁸ Idem, p.188, negrito nosso.

⁹⁹ Idem, p. 190, negrito nosso.

moderna bem feita, entenderá o que diz, e poderá tirar ditames não só para a Filosofia, mas para toda a matéria, e mui principalmente para formar verdadeiro conceito de física”¹⁰⁰. Se Verney tem que criticar o pensamento escolástico em favor do pensamento moderno emergente, nos parece certo que o melhor caminho também era colocar em descrédito as bases do pensamento escolástico que estavam superada naquele momento, a filosofia clássica, em especial a aristotélica. O que torna-se um fato interessante já que, em diversos momentos, Verney atenta que o erro está nas “más” interpretações do pensamento de Aristóteles e aqui ele ataca o próprio filósofo. A física moderna, graças aos avanços científicos proporcionados pelos instrumentos como o telescópio ou o microscópio (citado a pouco pelo oratoriano), apresenta um conhecimento mais respaldado na experiência do que na “falácia”, ou na autoridade de um antigo. A Física aristotélica, segundo Verney, não passava de puro “mistério”.

A Física moderna, da qual Verney se julga seguidor, é aquela que se baseia na experiência, na observação, e a partir da observação-experiência tira as conclusões necessárias, sem precisar recorrer a grandes devaneios e palavras complicadas para explicar determinado fato. Pois,

A Física nada mais é que as conseqüências que tira a razão dos efeitos naturais, e estas devem-se explicar de sorte que os que têm juízo as entendam. (...). Se eu falo a um homem em *matéria, forma e privação, actos primeiros e segundos, acções eductivas*, etc., isto é uma salada tal, que estou certo não entenderá palavra. Pelo contrário, **se lhe aponto ou mostro as experiências que se fizeram nesta ou naquela matéria, e lhe explico as conseqüências que daqui se tiram**, cuido que me há-de entender; e, se for homem que se aplica, facilmente se capacitará do que lhe digo. Por este principio digo da Física o que já disse a V. P. da Lógica: **que Física que não se entende deve-se desprezar, e coisas que não se provam não se devem admitir**. O fisico deve falar claro; propor as suas razões em qualquer língua de sorte que todos o entendam; e, sobretudo, deve estar tão advertido nas provas que recebe, que sejam como a moeda corrente, que corre em todo o país¹⁰¹.

¹⁰⁰ Idem, p. 194

¹⁰¹ Idem, p. 198, itálico do autor e negrito nosso.

Mesmo sendo adepto da Física moderna, Verney faz uma nítida distinção entre duas correntes desta Física. Em primeiro, temos uma Física moderna baseada na *filosofia hipotética*, já que supõe determinados fatos sem os provarem. Entram nesta categoria os seguidores de Gassendi e Descartes, que mesmo superando alguns pontos dos escolásticos, ainda são reféns do método dos “peripatéticos”. Em segundo temos a Física moderna baseada na *experiência*, na qual não se cria hipóteses, mas parte para a observação e a experiência, cujo principal expoente foi Newton e da qual Verney se coloca como seguidor. O mérito deste sistema moderno de Física é, para Verney, o fato de

... não ter sistema; e só assim é que se tem descoberto alguma verdade. **Livre de Paixão, cada Filósofo propõe as suas razões sobre as coisas que observa:** as que são claras e certas, abraçam-se; as duvidosas, ou se rejeitam, ou se recebem no grau das conjecturas, enquanto não aparecem outras melhores; e assim é que se forma o corpo da doutrina. Estes peripatéticos, quando ouvem dizer que um homem não tem sistema nem autor determinado a quem siga, fazem grande galhofa. Mas nisso mesmo mostram não saberem que coisa é Física; porque, se ooubessem, deveriam estimar quem se vale do seu juízo, e não quem o cativa. **O fim do Físico é descobrir a verdadeira causa dos efeitos naturais; e, para conseguir este fim, não deve fazer caso do que dizem os outros, sim do que mostra a experiência**¹⁰².

Verney através destas palavras e definições da Física e da função do físico mostra sua inteira associação a um pensamento filosófico que entende serem a razão e a experiência os únicos meios de se comprovarem algo. Pois, como lembra Neves

De fato, no lugar da antiga metafísica de base escolástica, Verney introduziu, no universo mental português, como Locke e Newton, a física, a lógica e a ética natural (...). Introduziu, sobretudo, uma preocupação, típica das Luzes, como o raciocínio lógico e claro, em que ‘a palavra deixa de ser jogo’ e em que ‘o discurso decorre de idéia para idéia’, como observa A. J. Saraiva¹⁰³.

¹⁰² Idem, p. 202-203, negrito nosso.

¹⁰³ NEVES, Guilherme P. *Luís Antônio Verney*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 351

Antes de adentrar no estudo da Física, lembra o oratoriano, o aluno deve estar atento, ou deve-se prepará-lo, para a Geometria e a Aritmética. Tal elemento mostra a faceta de uma vinculação a uma Física-Matemática¹⁰⁴, muito influenciada pelos filósofos do século XVII, mas principalmente por Newton. Verney afirma que “A física é a ciência que examina a natureza do Corpo e Espírito mediante os efeitos que conhecemos”¹⁰⁵. A Física torna-se então o conhecimento dos corpos, de sua composição e ação. O corpo reúne como propriedades os seguintes elementos: extensão, impenetrabilidade, figura e mobilidade. Estes últimos dois elementos demonstram que todo o corpo é “limitado”, ou “figurado”. O corpo possui, portanto, diversas superfícies e sofre outras várias ações resultantes das forças corpóreas. Para o estudo do corpo é necessário o conhecimento das forças corpóreas e o conhecimento destas, por sua vez, depende do conhecimento da superfície do corpo, que é possível através da Geometria. De onde Verney conclui que:

Ora, é certo que o Físico deve conhecer as forças dos corpos, das quais resultam todos os efeitos que se observam na natureza, como mostrarei; e, como as tais forças se deduzam da figura e movimento, deve o Filósofo saber conhecer uma outra, saber suas propriedades, mostra-las, etc., o que requer totalmente a Geometria. Dessa é inseparável a Aritmética literal, mediante a qual se facilitam as demonstrações e se descobrem muitas coisas que antigamente se ignoravam e algumas não se sabiam provar¹⁰⁶.

A Matemática exerce grande influência sobre a Física, sendo impossível dissociá-las. Sendo deste modo,

...a Geometria e o Cálculo é a chave-mestra de toda a Física e Matemática. Com elas mostra o Físico as leis do movimento dos corpos, a acção mútua dos corpos e elásticos, e preende também o movimento de gravidade, tanto absoluta, como equilibrada, a que chamamos, mecânica, ou estática, etc.. com elas explica as leis dos corpos fluidos, a que se chama hidrostática e hidráulica, segundo as coisas que considera; como também a concorrência dos sólidos como os fluidos, noticia indispensavelmente necessária para entender o

¹⁰⁴ Esta relevância dada a matemática para o estudo da física também é encontrada em outros ilustrados portugueses como Pina de Proença e Teodoro de Almeida, ver: FERNANDES, Rogério. **O Pensamento Pedagógico em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. p. 52

¹⁰⁵ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p.207

¹⁰⁶ Idem, p. 209

movimento dos fluidos nos tubos e também nos vasos do corpo humano, - o que tudo se compreende debaixo desta palavra: mecânica¹⁰⁷

O reconhecimento de que a Física e a Matemática andam juntas, bem como da necessidade da Matemática na Física, é admitida até mesmo por alguns jesuítas.

Na verdade, não sei se há coisa mais vergonhosa do que um homem que sobe à cadeira e tem nome de Mestre em Artes não saber que coisa é um ângulo ou rectângulo, nem poder explicar dificuldade alguma que da Matemática se tire. Muito diferentemente o entendia o douto Jesuíta, que era o P. ***. Este homem me disse algumas vezes que, tendo tomado alguma idéia da Geometria na mocidade, em todos os seus estudos reconheceu a necessidade que tinha dela, e que sempre chorava o tempo que não empregara nela. Acrescentava que, se dependesse dele, daria outro método às escolas, e faria sem dúvida que a estudassem antes da Física¹⁰⁸.

Contudo, nem sempre fora assim. Durante muito tempo as duas disciplinas encontraram-se separadas, isto porque “esta separação entre Físico e Matemático entrou nas escolas somente nos séculos da ignorância, e especialmente depois que os peripatéticos reduziram a Física a uma mera especulação impertinente, na qual certamente não tem lugar a Matemática”¹⁰⁹. A Matemática permite o entendimento do pensamento filosófico dos pensadores da Antiguidade Clássica. Além do mais, o crescimento da Física só ocorreu a partir do momento em que matemáticos começaram a lidar com ela. Verney identifica esse momento no século XVII com os escritos de Galileu Galilei, Descartes, Hobbes, Pascoal, Torricelli, dentre outros. E deu um grande salto na virada do século XVII para o século XVIII, com a utilização da Álgebra dentro da Física por Newton, Leibnitz e outros. Em vez de estudar muitos manuais, ao aluno deve ser indicado um bom manual para buscar domínio sobre a Geometria e Aritmética. Verney indica o manual redigido pelo Padre André Tacquet (1612-1660), um jesuíta belga. Recomenda ainda o estudo dos teoremas de Arquimedes – no

¹⁰⁷ Idem, p. 209-210

¹⁰⁸ Idem, p.222-223

¹⁰⁹ Idem, p. 213

caso da Geometria. Já para a Aritmética indica o mesmo manual do Padre Tacquet ou o manual de um tal Padre Paulino de São José. Mais do que bons manuais o estudante deve ser esclarecido sobre a importância da Álgebra junto à Física experimental, se não será trabalho em vão, segundo Verney. No reino português, entretanto, os peripatéticos insistem nos enganos, no desconhecimento e no negligenciamento do conhecimento matemático: “Sei que a maior parte dos professores deste reino consideram a matemática como alheia da física, e, quando ouvem falar em matemático, logo lhe perguntam se há-de chover ou fazer bom tempo, confundindo loucamente as conjecturas de alguns maus físicos e piores astrólogos com a verdadeira matemática”¹¹⁰, afirma Verney.

Por essas diferenças de posturas entre mestres adeptos dos “antigos” e os adeptos dos “modernos”, Verney recomenda a separação dos estudantes em duas categorias: aqueles que nunca tiveram contato com a Filosofia; e os que foram primeiro peripatéticos. Para aqueles, é aconselhado a leitura de uns “Elementos de Física” e para estes, antes de tudo, deve-se aplicar-lhes a leitura de “algumas histórias das melhores experiências”. Deste modo, ficavam integrados da necessidade de experiências dentro da Física e, até mesmo, poderiam ser convencidos a realizá-las, tornando-se mais aplicados e certo da necessidade da mesma, facilitando o aprendizado. Para o estudante, o conhecimento dos idiomas francês e italiano também era necessário, pois a maioria das obras antigas e modernas encontram-se traduzidas nestas línguas. Recorrendo a uma velha recomendação, como assinalamos, Verney destaca que não há necessidade de saber-se Latim para estudar-se a Física e os bons textos antigos¹¹¹. O conhecimento do Latim demonstra erudição e é de muita serventia em determinados momentos, como a oratória em público. Contudo, deve-se priorizar a língua vulgar¹¹² e servir-se das traduções, facilitando o ensino. Os escolásticos se espantam com tal possibilidade,

¹¹⁰ Idem, p. 222

¹¹¹ Discutimos a importância dada a utilização da língua vulgar no ensino recentemente em: SILVA, *A Retórica de Verney e a Ilustração Católica Portuguesa*, Op. Cit.

¹¹² A utilização da língua vulgar durante o ensino é uma preocupação constante de Verney como podemos perceber no primeiro volume de sua obra e, ao mesmo tempo, foi um dado que primeiro lhe despertou interesse pelas obras de Muratori.

tanto que “Sei que em Portugal pratica-se o contrário com tanto empenho, que quem defendesse umas conclusões de Filosofia em Português, perderia o conceito”¹¹³.

Verney passa a propor planos para o estudo da Física. Primeiro para a Física do Corpo estudando a natureza da matéria, depois a forma e as propriedades da matéria. Dentro das propriedades deve-se avaliar o movimento local do corpo, os movimentos compostos e de curvas, os movimentos de gravidade, principalmente as teorias de Newton. Continuando com a Estática, a queda dos corpos, a dinâmica, os movimentos dos fluídos, os princípios da Hidrostática, deve-se perceber as várias fases do corpo (líquido, gasoso e sólido) e ter uma especial atenção com a “Luz e suas propriedades”¹¹⁴. Isto sempre observando os escritos dos modernos acerca do assunto trabalhado. O passo seguinte era o estudo do “sistema do mundo”, dos astros e da terra. Deve-se estudar

Primeiro, a esfera; depois os tempos; logo os diferentes sistemas de Tolomeu, de Copérnico, as órbitas dos planetas, e o de Tico Brahe. Vistos eles todos, deve determinar qual deles se deve abraçar, examinando fundamentalmente as razões de Newton, de Cartésio, de Leibnitz. Depois, trata-se das estrelas fixas, das errantes, e dos cometas. Segue-se o globo terrestre. E, primeiro, os meteoros húmidos, espirantes, ígneos, enfáticos. Depois, o fluxo e refluxo do mar, segundo as opiniões de Galilei, Walis, Cartésio, e Newton, determinando qual parece mais provável¹¹⁵.

Fato interessante que nos revela que a aversão às idéias de Galilei e Copérnico, tão combatidas pela Igreja, estava agora sendo posta de lado por um padre que propunha a análise daquelas idéias para se escolher a que melhor conviesse ao estudante. Por fim, propõe o estudo dos três reinos da natureza, do mineral para o animal, com especial atenção ao homem e sua anatomia.

Ao mesmo tempo em que temos uma posição moderna de Verney como explicitada nas linhas acima, temos por outro lado um elemento interessante. Como já dissemos,

¹¹³ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit., p.230

¹¹⁴ Sobre a questão da natureza da luz ver: BERNARDO, Luís Miguel. *Concepções sobre a natureza da luz no século XVIII em Portugal*. **Revista da SBHC**, n. 19, pp. 3-12, 1998.

¹¹⁵ VERNEY, Op. Cit., p. 236

compreendemos a Ilustração Portuguesa como uma Ilustração Católica, por reunir elementos de uma racionalidade setecentista com sua tradição cultural e religiosa. Parto do pressuposto, como tem sido exposto por vários autores, que o fato dos pensadores modernos serem adeptos do uso da razão não significava necessariamente a exclusão da religião¹¹⁶. Pelo contrário, no caso específico português, religião e ciência andavam juntas, não se excluía. Este ponto fica nítido quando Verney nos sugere a necessidade de se comprovar a existência da espiritualidade e da alma. “A razão disto [diz Verney] é porque, havendo tantos homens que negam a espiritualidade da alma, é necessário estar muito advertido nas provas; porque, sem isso, não se podem convencer, antes pode servir de impedimento para provar a existência de Deus”¹¹⁷. Por outro lado, não se deve preocupar em comprovar a existência de anjos. Neste ponto, por mais que Verney acuse os jesuítas de se pautarem no argumento da autoridade, trabalhando fatos como dados certos sem verificarem empiricamente, Verney acaba incorrendo no mesmo “erro”, adotando o mesmo procedimento, ou um muito parecido. Para ele não compete ao filósofo tal comprovação.

Assim que somente por meio da revelação sabemos que os há; e somente por ela podemos saber o que lhe compete. Tudo o mais que podemos conjecturar é que, se entre o homem e o mais estúpido animal, v. g. a ostra, há tanta diversidade de viventes, uns dos quais obedecem mais do que outros, entre o mesmo homem e Deus é verossímil que hajam outros entes mais perfeitos *in infinitum* etc.. Mas isto não tem mais força que de conjectura¹¹⁸.

Ciência e religião são tão complementares nesse caso que a Física serve, acima de tudo, segundo Verney, para a comprovação da **existência de Deus**, a mesma idéia pode-se encontrar em São Tomás de Aquino, o que não o afasta do inicianos. “Este deve ser o principal empenho do filósofo, **pois este é o fundamento de toda a filosofia e religião, e**

¹¹⁶ Pelos trabalhos de Paolo Rossi sobre os pensadores do século XVII, tido como um dos mais importantes historiadores europeu da História da Ciência, arriscamos dizer que a questão religiosa e, até mesmo, elementos como a astronomia andavam juntas com ciência moderna, completando-a. Ver: ROSSI, Paolo. **A Ciência e a Filosofia dos Modernos**. São Paulo: Unesp, 1992; e _____. **O Nascimento da Ciência Moderna na Europa**. São Paulo: Edusc, 2001.

¹¹⁷ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p.238-239

¹¹⁸ Idem, p. 242-243

tudo se examina com a luz da boa razão”¹¹⁹. Os jesuítas tomam a existência de Deus como uma verdade dada e clara. Contudo, é necessário comprovar a existência de Deus para calar os ateístas, dispô-los de seus argumentos mostrando provas concretas. Mas como provar tal fato? Verney sugere o seu método para comprovar a existência de Deus, que é:

...provar, primeiro, que este mundo foi criado *in tempore*, pois, se o admitimos eterno, perde-se a melhor razão para provar que há um Deus. Depois, mostrar que este tal mundo não foi feito casualmente, mas com suma advertência, e por alguma causa inteligente. Em terceiro lugar, que esta causa inteligente não pode ser matéria, mas é algum ente separado da matéria. Em quarto lugar, que não só o mundo foi feito *in tempore* por uma causa inteligente que não é matéria, mas que foi feito de uma matéria temporal, não eterna, quero dizer, de uma matéria criada com o mesmo mundo. Esta série de proposições vi em uma obra bem moderna, e achei que era necessária, porque alguns concedem umas, e negam outras razões. Mas, desta sorte, são todos obrigados a reconhecer que existe uma causa inteligente que não é matéria, a qual produziu não só o mundo, mas a mesma matéria. Provado isto, fica claro que há deus; porque isto queremos significar por esta palavra *Deus*. Depois, tem lugar provar que esta tal causa não só criou, mas ainda hoje governa o mundo, ao que chamamos ter providência do mundo. Além disso, que não são duas, mas uma só. Estes dois pontos provam-se com os mesmos fundamentos, e ambos, enquanto pertencem ao Teólogo, seguem-se da existência de Deus, principalmente provada do modo que apontamos¹²⁰.

Este diálogo entre Ciência e Religião já estava presente na física escolástica, nos jesuítas e São Tomás de Aquino alertava que “... a filosofia fazia parte das verdades ‘reveláveis’, ou seja, aquelas que se apresentavam como bases ou instrumentos no trabalho de elaboração racional das verdades mais elevadas relativas a fé”¹²¹. Como demonstrou Beatriz Domingues, não há uma ruptura entre a Física escolástica e a Física moderna¹²². O que não quer dizer que não existam diferenças importantes, como para São Tomás, também para Verney o homem

¹¹⁹ Idem, p. 244, negrito nosso.

¹²⁰ Idem, p. 245-246. O organizador da edição que trabalhamos, Salgado Junior, alenta para a hipótese que a obra que Verney afirma ter consultado seja de Locke.

¹²¹ DOMINGUES, Beatriz H. *O aristotelismo medieval e as origens do pensamento científico moderno*. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, 1986. p. 34

¹²² Idem

pode conhecer bem Deus através da Teologia. Mas, o homem só saberá de Deus aquilo que ele permite que o saiba, aquilo que foi revelado por ele¹²³.

Verney busca fechar sua décima carta versando sobre algumas normas e um ordenamento para o ensino da Física e a sugestão do que poderíamos chamar de uma didática para o ensino da disciplina. Sua proposta de ordenação de curso é baseada na experiência de vários países da Europa, em particular na península itálica, da qual se segue

... que em dois anos pode o estudante ver toda a filosofia do modo que digo. No primeiro ano, pode o estudante, ainda que seja preguiçoso, estudar Geometria, Aritmética, e ter alguma idéia de Álgebra. (...). Mas, para não amofinar os rapazes com a especulação seca da Matemática, parece-me mais próprio unir os estudos, como fazem infinitas partes da Europa, e principalmente em Itália, e a experiência mostra que produz mui bom efeito. No primeiro ano que ensinam Lógica, todas as manhãs explicam uma hora matemática. Em um mês se acaba a Aritmética, e não só as regras principais, mas também as particulares. Mas não podendo ser em um mês, seja em dois. Acabada a Aritmética, entra-se com a álgebra uma hora cada manhã; a qual, não se podendo acabar nesse ano, continua-se no seguinte da Física. E de tarde, nesse primeiro ano de Lógica, a primeira hora é de geometria.

No segundo ano, que é de Física, pratica-se o mesmo. Pela manhã, a primeira hora, Álgebra; de tarde, a primeira hora, Secções Cônicas, Problemas de Arquimedes etc. No restante do tempo, digo da lição, explicam a Física. Onde, em dois anos acabam o curso de Filosofia. Mas, quando não se pudesse nos Estudos Públicos acabar nestes dois anos, podiam prolongá-la até a metade do terceiro ano; e na última metade outra matéria¹²⁴.

Quanto à didática, propõe um método de ensino de Lógica, adotado por ele, junto a um estudante italiano, alertando ao seu interlocutor que o método pode lhe parecer estranho, segundo o que se segue:

Aconselhei ao pai que fechasse todos os livros e manuscritos que o rapaz tinha, e não lhe deixasse uma só folha de papel escrito. Comecei, pois, a conversar com o rapaz, e em cada conversação fui-lhe dando lições, tanto mais eficazes, quanto eram sensíveis; pois nas mesmas conversações que tínhamos, e respostas que ele dava, lhe mostrava eu evidentemente o artifício da verdadeira lógica. Com esta circunstância de mais que aprendia no mesmo tempo a formar juízo crítico em toda a matéria, pois eu não deixava passar proposição,

¹²³ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol.IV, p.237-238

¹²⁴ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p. 247-248

ainda das suas mesma, sem que lhe perguntasse o motivo e chegasse com ele a descobrir a verdadeira origem do raciocínio. Conversávamos duas e três tardes na semana, segundo se oferecia. Tive o cuidado de começar por divisões gerais e fáceis de se entenderem; depois, passei as mais particulares. E ordenava de sorte as minhas conversões, que a seguinte entroncasse com a antecedente; e com esta ocasião pedia-lhe conta do que lhe tinha explicado antes. A conversação não era sempre em casa, mas muitas vezes passeando pelo campo. Desta sorte, passados três meses, sabia o rapaz mais lógica do que o mestre que primeiro lhe ensinara. No fim dos três meses aconselhei que comprasse uma lógica moderna bem feita e a lesse segundo as reflexões que tínhamos feito e notasse as particulares que eu não pudera dizer na conversação. Deste modo saiu bom lógico em breve tempo¹²⁵.

Verney afirma que entre a Filosofia moderna e a Filosofia escolástica, aquele que possuir um bom discernimento e souber diferenciar saberá escolher a perspectiva moderna, “...saberá neles deixar o que deve, escolher o melhor, emendar algumas coisas, e, finalmente, separar o branco do negro”¹²⁶. Conclui de fato que

...a melhor e mais importante advertência é esta: que o verdadeiro filósofo deve persuadir-se que nós, neste mundo, sabemos pouquíssimas coisas com certeza, e das causas dos efeitos naturais sabemos ainda menos; e que é o melhor saber pouco com certeza, que acumular conjecturas e não concluir nada¹²⁷.

Ao longo deste capítulo tentei demonstrar através das idéias de Verney o que o próprio propunha ser incorporado no ensino do reino para a adequação deste a ciência moderna. Percebemos uma estratégia argumentativa em que mostra certo controle do programa pedagógico vigente, jesuítico, e tenta desqualifica-lo apontando o que no momento estava em voga na Europa moderna. Ao distinguir o que encarava como *atrasado* no ensino em Portugal, Verney visava deslegitimar o domínio exercido pelos inicianos no campo pedagógico. Acusava-os de não atualização do conhecimento e de não dominarem o que trabalhavam, já que estavam pautados em “más” interpretações do aristotelismo. Contudo, na

¹²⁵ Idem, p. 249

¹²⁶ Idem, p. 252

¹²⁷ Idem ibidem.

maior parte de suas falas, não rompe com Aristóteles e, principalmente, não rompe com a idéia de associação entre ciência e religião. A ciência existia para comprovar, acima de tudo, a existência de Deus. Foquei a análise na questão da Física, da Lógica e da Filosofia por acreditar que nestes pontos fica evidente a utilização, de forma homogênea, das transformações mais importantes nestas áreas entre os séculos XVII-XVIII. Não há por parte de Verney uma reflexão e uma problematização profunda das idéias por ele tidas como *modernas*. Pelo contrário, transmite-nos a idéia de que tais idéias fazem parte de um todo homogêneo.

UMA HERANÇA OCULTA:
ÉTICA E JUSRIPRUDÊNCIA VERNEYNIANA E UM DIÁLOGO COM
O NEOTOMISMO

No capítulo anterior busquei demonstrar como Verney se utiliza dos avanços do conhecimento proporcionados pelos pensadores do século XVII e do século XVIII para se apresentar como “moderno”. Ele os apresenta todos como um todo homogêneo, sem fazer diferenciação entre o pensamento daqueles que aponta como “modernos”. Acredito que Verney utiliza esse artifício para questionar o ensino jesuítico, porque estes não usavam nenhum destes autores modernos. Ainda assim, não rompe com a tradição escolástica, que é ampara no pensamento aristotélico; limita-se a questionar as “más” interpretações do mesmo. Como os escolásticos, considera que o fim último da ciência é comprovar a existência de Deus, que deu ao homem todos os mecanismos para desenvolver aquela mesma ciência.

Neste capítulo tento demonstrar a singularidade existente dentro da obra máxima de Verney – geralmente apontada como uma crítica ao sistema jesuítico – na reprodução de formulações teóricas dos inicianos. Se anteriormente recorreu aos pensadores modernos para falar da ciência, agora Verney buscou no pensamento jesuítico a base do seu entendimento da Jurisprudência. Primeiro discutirei a questão da Ética em Verney e como entende que o fim único da Ética é o Sumo Bem, no qual só é um bom cidadão aquele que é um bom cristão.

Portanto, compreende que religião está presente na vida política da sociedade, assim como os inicianos. Depois abarcaremos a questão da Jurisprudência e como neste caso Verney se apropria da hierarquização de Leis formulada pelos neotomistas.

4.1 A Ética

Na undécima carta do terceiro volume (Estudos Filosóficos) do seu *Verdadeiro Método de Estudar*, Verney dedica importante atenção para a questão da “Ética”. Ao abordar este tema, para ele parte integrante da filosofia, o oratoriano destaca três momentos para o seu entendimento: a idéia ou conceito de Ética; sua função; e uma proposta de estudo da disciplina, por ele dita moderna. Nas páginas seguintes tentaremos caracterizar estes pontos.

Segundo Will Durant a Ética “é o estudo da conduta ideal; o mais elevado dos conhecimentos, dizia Sócrates, é o conhecimento do bem e do mal, o conhecimento da sabedoria da vida”¹²⁸. De certo modo, essa é a idéia que Verney transmite ao abordar o sentido da Ética dentro de seus estudos filosóficos. A Ética, para ele, deveria compor o último ano de estudo da Filosofia. Sua história começara com Sócrates e fora levada a frente por Platão, Aristóteles e Cícero. José Esteves Pereira afirma que Verney “... viria a instaurar, decisivamente os desígnios de uma reflexão ética em que a centralidade antropológica e a felicidade do homem são fios condutores dos problemas postos e de discussão pertinente”¹²⁹. Ou seja, a felicidade, o sumo bem e a conduta ideal, seriam as bases da ética proposta por Verney.

¹²⁸ DURANT, Will. Introdução: Sobre os Usos da Filosofia. In: _____. **A História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 27

¹²⁹ PEREIRA, José Esteves. **Percursos de História das Idéias**, Op. Cit., p. 59

... [não entendemos] por *Ética* aquela infinita especulação que **não estabelece máxima alguma útil para a vida civil ou religião**, mas que passa o seu tempo em disputar mil questões curiosas, e superficialmente toca as necessárias, e, em lugar de mostrar ao homem as suas obrigações, é causa de perder tempo com coisas ridículas e metafísicas sumamente desnecessárias. **O que entendo por *Ética* é aquela parte da Filosofia que mostra aos homens a verdadeira felicidade e regula as acções para a conseguir**¹³⁰.

De imediato, Verney esclarece que a ética tem que estabelecer um vínculo definitivo com a vida religiosa e civil do indivíduo, objetivando a “verdadeira felicidade” e os meios para consegui-la. Mais a frente concretiza tal idéia da *Ética* como meio de se atingir a felicidade e bem estar do homem da seguinte forma:

... a ética, rigorosamente falando, deve servir de instrução aos homens em duas coisas principalmente: primeiro, deve ensinar em que consiste a suprema felicidade do Homem; depois, explicar as virtudes, e o modo de as conseguir. E isto não se faz com especulações e subtilezas, mas com boas doutrinas e sólidas, expostas com clareza e felicidade. Sem dúvida, é coisa vergonhosa que o filósofo conheça como deve regular o juízo para discorrer bem, saiba como pode alcançar o conhecimento da natureza, e somente ignore o fim para que foi criado, e qual é aquela felicidade que ele procura e a que todos aspiram. Este homem não pode fazer coisa alguma boa. Quem não sabe para onde vai, nem que estrada seguir, forçosamente cairá em infinitos princípios. Pelo contrário, quem sabe o fim para onde deve ir, naturalmente descobre a estrada que o conduza para o dito fim, e reconhece as obrigações de quem quer encaminhar-se para ele¹³¹.

Diferente de alguns religiosos, particularmente os escolásticos, Verney vê a *Ética* como parte integrante da Filosofia, e não como tema exclusivo dos teólogos e moralistas.

Verney argumenta que aqueles religiosos:

... Acharam que S. Tomás, na segunda parte da sua Suma, trata da ética, e, sem mais exame, entenderam que se devia tratar bem no meio da Teologia. Achei desta opinião em Portugal, ainda dos que se chamavam mestres. Mas semelhantes homens julgam muito mal nesta matéria, assim como em muitas outras, e o menos mau que tem é não entenderem o que dizem. **Consistindo a ética na coleção de preceitos que a luz de uma boa razão mostra serem necessários ao homem para fazer acções honestas e também úteis à sociedade**

¹³⁰ VERNEY, *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. III, Op. Cit, p. 254, negrito nosso.

¹³¹ Idem, p. 256

civil, pertence legitimamente ao filósofo. Além disso, os antigos filósofos, que nos deram os primeiros princípios desta ciência, não eram teólogos, nem cristãos, mas étnicos. A questão do Sumo Bem foi sempre disputada pelas melhores penas da Antiguidade¹³².

Parte da Filosofia, a Ética, como se encontra em destaque nessa última alusão, possui uma incumbência singular segundo Verney: através da razão permitir que o homem civil possua uma vida e ações “honestas” e úteis para a sociedade civil. Neste ponto, não é exagero afirmar que Verney está em confluência com os demais religiosos de seu tempo, inclusive os inicianos, ao entender que na vida da sociedade civil ou da política deve o homem ter suas ações guiadas pela ótica da honestidade. Mais a frente retomaremos esta questão. Por hora basta-nos saber que a idéia de Ética de Verney está vinculada à busca do Sumo Bem, da felicidade e dos meios necessários ao homem para consegui-los.

De um modo geral, arriscamos dizer que a Ética para Verney possui funções práticas e objetivas, abarcando três grupos: os estudantes de filosofia, os teólogos, e uma função específica para a vida civil do indivíduo.

O estudo da Ética serve, em primeiro lugar, aos estudantes que terminando o estudo da Filosofia ingressam no mundo da Jurisprudência e da Teologia moral. No entendimento de Verney, a Ética possui uma nítida relação com a moral, já que ambas, tratam do Sumo Bem. Contudo, possuem uma diferença essencial: a moral tira suas conclusões das verdades reveladas e a Ética da razão.

Para o teólogo a Ética possui uma serventia imediata “...porque lhe prepara a estrada, confirmando as suas conclusões com a autoridade dos filósofos e com os princípios da boa razão”¹³³.

De igual importância é a Ética na vida cotidiana dos indivíduos. Salgado Júnior, organizador da edição aqui utilizada, lembra que esta questão em Verney reflete o

¹³² Idem, p. 257-259, negrito nosso.

¹³³ Idem, p. 263

pensamento do padre a respeito do homem como valor moral e social, já que propõe a Ética como um instrumento de convivência em todas as esferas de sociabilidade. Permite um convívio social harmônico e, acima de tudo, o discernimento de dois princípios: a Virtude e o Vício. Nesse sentido, Verney afirma que:

... a ética é necessária para formar verdadeiro conceito das coisas, e saber dar-lhes aquela estimação que cada uma merece: saber distinguir a Virtude do Vício, reprovando este, e estimando aquela. **Ninguém pode duvidar que homem que não sabe distinguir estas coisas não é homem; muito menos é homem civil**; e também ninguém pode duvidar que, sem Ética, não se conhece isto. Desta falta resulta um grande dano em todas as repúblicas, porque, não sabendo os homens qual é a virtude, para a seguirem e estimarem, nem promovem estas com o exemplo, nem reprimem os vícios. Daqui também nasce que se estimam coisas de que não se deve fazer caso, e não se dá à Virtude o preço que se deve, ou se chama de Virtude àquilo que o não é, defeito mui comum das pessoas nobres e grandes. Estes senhores, preocupados com a sua nobreza, chamam a esta virtude; e por legítima consequência tiram que tudo o mais é vicioso e desprezível¹³⁴.

Como exemplo de distinção e de inversão de sentido entre Virtude e Vício, Verney aborda a questão da nobreza e sua relação com a Virtude. Neste ponto, Verney mostra-se filho de seu tempo e adepto das propostas filosóficas e políticas de seu momento, assim como crítico da estrutura social hierárquica de Antigo Regime existente em Portugal. Para ele os homens são livres e igualmente nobres, pois assim nasceram. A nobreza é, em si, um termo e um título herdado da Antiguidade que serviu para destacar aqueles indivíduos virtuosos que, de algum modo, se aliaram, de forma irrestrita na guerra e na paz, a seu governante. Constituiu-se, portanto, a nobreza, como um reconhecimento deste esforço. Aos poucos, estes nobres buscaram estender esta nobreza aos seus filhos.

Abusaram os nobres desta benignidade, e pretenderam que fosse dívida do nascimento o que só era prêmio da virtude. Pretenderam que a honra ou estimação fosse tributo, sem advertirem que, sendo a estimação e honra uma acção exterior com que eu exprimo o conceito que tenho excelência ou virtude de outro, não posso fazê-lo a um que

¹³⁴ Idem, p. 265-266, negrito nosso.

não tem excelência sobre os outros, ou de quem não se deve formar este conceito¹³⁵.

Assim, os laços consangüíneos, para Verney, não são determinantes para a persistência da hereditariedade da nobreza. Não há diferenças entre tais indivíduos e os demais, “Dispa [afirma Verney] V. P. dos seus vestidos este Grande, separe as carruagens e criados, e não poderá distingui-lo do homem mais ordinário do Povo”¹³⁶. Na realidade, para ele, a nobreza é título de merecimento e só assim poderia ser entregue a um indivíduo, independentemente de sua origem¹³⁷. “Os homens insignes é que são os verdadeiros nobres. Esta nobreza é natural, de que ninguém os pode despojar”¹³⁸. Crítica mordazmente a estrutura hierárquica da sociedade portuguesa por ser demais rígida com clara separação de sangue – haja vista as exigências de árvores genealógicas para se ascender a um cargo ou aquisição de um título –, e a interminável nobreza parasitária que acreditava que o sangue era determinante de algum título. Segundo Verney:

Estes defeitos achei em várias partes da Europa, mais ou menos, mas principalmente e sobretudo em Portugal. O que atribui a que estes senhores portugueses tem menos prática das nacções do mundo que os estrangeiros: dificultosamente saem do seu reino e sua casa, e, assim, ignoram como se vive nas outras partes do mundo civil, o que já adverti a V.P. em alguma das nossas conversações. Verdade é que algum senhor achei, neste reino, diferente dos outros; mas eu falo do comum, que se regula pelas opiniões que aponteí, as quais, como digo, nascem da ignorância da História e do trato do mundo¹³⁹.

¹³⁵ Idem, p. 268-269

¹³⁶ Idem, p.269

¹³⁷ A idéia de merecimento acaba no século XVIII ganhando destaque através da “Economia Moral do Dom”. “Esse conceito torna-se fundamental para se trabalhar com os poderes informais, as relações sociais e as expressões de serviço, clientela e amizade nesse período. Percebendo-se o par dom e retribuição como uma espiral crescente de benefícios, tinha-se a idéia de dívida fundada da relação ente liberdade e gratidão infinita. Essa ‘economia’ desta o caráter devido das retribuições régias aos serviços prestados à Coroa, mostrando a existência de uma obrigatoriedade nos atos dos benefícios reais, que não dependiam somente da sua vontade, mas também de um tradição muito forte do costume de retribuição”. RIBEIRO, Mônica da Silva. “*Razão de Estado*” na cultura política moderna: o império português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha & GONTIJO, Rebeca & SHOIHET, Rachel (Orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 142

¹³⁸ Idem, Ibidem.

¹³⁹ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p. 277

Após tratar da questão do Vício e da Virtude, Verney retoma o objetivo original da Ética: atingir a Suma Felicidade e o Sumo Bem do próprio homem. Para tal seria preciso o conhecimento dos meios necessários para atingi-los, ou seja, os atos humanos a serem realizados. Nesse caminho, Verney alerta para a utilização da “Santa Escritura”. “Não deve, porém, nesta matéria embarçar-se o estudante com as disputas da Escola sobre o modo com que a ciência divina, e também o auxílio divino, não impede a nossa liberdade. Neste lugar, basta abraçar a opinião mais provável, reservando para a Teologia a disputa”¹⁴⁰. Tal passagem nos transmite a idéia que o Sumo Bem e a Suma Felicidade, assim como a utilização da Ética para se formar um bom cidadão, estão vinculados ao conhecimento religioso, a religiosidade do indivíduo. Ainda mais quando Verney infere que a Ética “... dispõe o Homem para receber a religião”¹⁴¹. Ou seja: só é um bom cidadão, aquele que é um bom cristão e vice-versa. Ao mesmo tempo, deve-se sempre buscar a compreensão dos seguintes conceitos: ignorância, medo, concupiscência – que afastam o homem da liberdade de seus atos – e, também, os conceitos de bondade e malícia nos atos dos homens, para que eles saibam identificá-las. Para Verney, portanto, a Ética e a moral deveriam guiar o homem civil e suas práticas sociais.

De toda esta reflexão, conclui Verney que aqueles que não seguem tal linha se perdem em disputas confusas e sem fundamentos típicas de teólogos escolásticos. Por outro lado, em várias passagens, o oratoriano releva ou ressalva a importância dos originais, como Aristóteles e São Tomás de Aquino, que dão base aos escolásticos.

Terminado os apontamentos da idéia e da serventia da Ética, Verney passa a esboçar a sua chamada “Ética moderna” com o seguinte plano:

...digo, pois, que a Ética em toda a sua extensão, ou a Filosofia Moral, naturalmente se divide em duas partes principais: uma trata do sumo bem e modo de o conseguir, e esta comumente chama Ética; outra expõe as diversas obrigações do Homem, a que os estóicos chamavam *Ofícios*, que é o mesmo que dizer: indica o que deve fazer o homem que se quer regular pela boa razão. Estas acções ou são honestas (isto

¹⁴⁰ Idem, p. 288

¹⁴¹ Idem, p. 262

é: conformes à lei da razão) ou são uteis somente; de que nasce outra nova divisão desta segunda parte. A filosofia que considera as acções honestas chama-se *jurisprudência Natural* ou *Universal*, que é aquela que aponta as obrigações do homem com Deus, consigo, e com os outros, v. g.: de um pai com um filho, marido com a mulher, amo com criados, rei com súbditos, e Nação com outra nação. Em cada uma destas coisas aponta a Jurisprudência Natural que coisa deve fazer, ou não fazer, o Homem, para se conformar com a recta razão e promover a sua felicidade, e de todos os outros homens. A parte da Filosofia Moral que considera as acções úteis chama-se *Prudência Civil* ou *Política*. Esta trata das acções úteis a Cidade e Reinos, no que se compreende dirigir as acções úteis a uma família, a que chamamos *Economia*. Esta é a divisão¹⁴².

Para reforçar esta idéia de uma Ética moderna, Verney sugere algumas leituras de suporte. Neste caso, aponta dois grupos de leituras recomendáveis para reforço do que fora apontado, bem como aquelas impróprias, que devem ser evitadas. Como suporte bibliográfico recomenda alguns nomes como João Hugo Van Groot (1583-1645) e Samuel Pufendorf (1632-1694), dois grandes formuladores do Direito do século XVII; além do italiano Luís Antônio Muratori (1672-1750) e João Teófilo Heinecke (1681-1741). Esta referência ao pensador italiano Muratori, um dos símbolos da Ilustração na Península Itálica, leva-nos a reafirmar a idéia de uma grande influência que o convívio na esfera intelectual daquela região exerceu sobre o pensamento de Luis Antônio Verney. Para Esteves Pereira “deve compreender-se que Verney escreve a partir de Itália, dando conta de leituras e medidas pedagógicas inovadoras que superam o cartesianismo que em Portugal (...) verificamos”¹⁴³.

Em contrapartida, entre os autores não recomendáveis estão a Ética de Conde Tesouro e as obras de Maquiavel, já que “... entre as [éticas] ímpias, a primeira é a de Maquiavelo, porque, não dizendo ele senão aquilo que se pratica todos os dias nas cortes e outras partes, facilmente inspira o veneno dos seus princípios, apadrinhado pelo uso comum...”¹⁴⁴. Notamos que Verney reforça as idéias circulantes desde as primeiras publicações do florentino e as

¹⁴² Idem, p. 286-287

¹⁴³ PEREIRA, José Esteves. **Percursos de História das Idéias**. Op. Cit, p. 52

¹⁴⁴ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p. 297

ressalvas às suas idéias no mundo ibérico¹⁴⁵. Aqui arriscamos a apontar que tal repulsa às idéias maquiavélicas se deve ao ponto central como Verney entende a Ética – enquanto a busca do sumo bem do indivíduo – e sua relação com a vida do homem civil, ou com a vida do cidadão. Como já apontamos, Verney expressa a idéia de que só pode ser um bom cidadão um bom cristão e vice-versa. Ou seja, destaca o papel da Ética e da moral na vida política, coisa abominável nas concepções maquiavélicas, já que para o florentino a política deveria se desvencilhar da esfera religiosa e moral, até mesmo utilizando-as para o fortalecimento do Estado¹⁴⁶.

Ao tratar da Política na décima terceira carta do quarto volume, Verney reforça tal imagem. Neste caso Verney adverte que o melhor meio de se estudar e compreender a política é unir os escritos dos antigos e dos modernos, sabendo utilizar ambos, à luz do conhecimento da História. Em seguida deve-se dedicar a

... um estudo particular dos interesses dos Príncipes; em terceiro lugar, um grande estudo da verdadeira Política. E tudo isto certamente não se acha em Aristóteles ou Platão, não obstante que estes escrevessem bem do Direito Natural etc.. São bons os exemplos antigos; mas devemos procurar os modernos que se acomodam aos nossos costumes.¹⁴⁷

Sua especial atenção aos modernos se deve a experiências próximas ao momento em que vive. Contudo, em seguida, já alerta que “...devemos também estar muito advertidos de não abraçar, com os olhos fechados, tudo o que dizem alguns modernos em matéria de Política”¹⁴⁸. Para Verney este cuidado é necessário porque a referida Ética e Moral que deveriam guiar a vida política do indivíduo na sociedade civil, está em falta para aqueles autores não recomendados. Assim, conclui que nos escritos e na prática existem muitos

¹⁴⁵ Para tanto ver: BIRELEY, Robert. **The Counter-Reformation Prince. Anti-Machiavellianism or Catholic Statecraft in Early Modern History**. Chappel Hill and London: The University of North Caroline Press, 1990; MARAVALL, José Antonio. **Estudios de Historia del pensamiento español**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1984; SILVA, Luis Gustavo Cruz e. **Segredos do Príncipe ou Jerônimo Osório e de como reagiu o mundo católico da Ibéria às idéias de Nicolau Maquiavel - (Séculos XVI e XVII)**. Dissertação. UFJF, 2008.

¹⁴⁶ Idem, ibidem.

¹⁴⁷ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. IV, p. 135

¹⁴⁸ Idem, p. 136

ímpios em matéria de Política. O primeiro a ser indicado enquanto ímpio foi Maquiavel, além da descrição das práticas se aproximarem muito dos meios de ação recomendados pelo florentino aos príncipes. Deste modo,

Acham-se modernos que observam uma Política ímpia, a qual não tem mais fim que engrandecer o Estado, sem fazer caso da religião, nem do Direito Natural. Deste género é Nicolau Maquiavelo, Tomás Hobbes, e alguns outros; e deste carácter são também outros que o praticam todos os dias, sem o advertirem, com escândalo dos homens bons e prejuízo dos Povos. Estes são os que põem toda a sua indústria em aumentar a potência dos Príncipes, por qualquer modo que seja, deixando para os particulares a justiça, a fidelidade, a humanidade. Estes os que só procuram artificios com que se arruinem os vizinhos, ressuscitando entre eles antigas paixões e novos motivos de discórdia. Estes são os que enganam os súbditos do seu Príncipe, procurando persuadir aos Povos que o Reino é mais poderoso do que não é; que não fazem caso da santidade dos juramentos ; que quebram, quando lhe aparece, a mínima ocasião de vantagem; e fazem outras coisas semelhantes, de que muitos que querem mostrar serem grandes Políticos têm a cabeça cheia. Esta Política é falsa, e deve-se desprezar, para procurar uma Política verdadeira, fundada em boas máximas. E, por tal motivo, creio que deve o homem que se há-de aplicar a este estudo fazer primeiro fundamento na Ética, no Direito Natural e das Gentes, do qual é que há-de deduzir as máximas para a sua Política; pois, sem isto, será um enganador público, mas não será nem * * *, nem ministro. Se todo o homem tem necessidade da Ética, muito mais a tem o Ministro, porque deve praticar matérias que, sem a Ética, são falsas e perigosas.¹⁴⁹

Para encerrar esta questão sobre a necessidade da Ética na vida política, Verney segue sua exposição e afirma que:

A outra parte da ética, a que chama *jurisprudência civil* ou *política*, e que ensina o modo de regular as acções dos homens particulares enquanto são membros as sociedade civil, não julgo ser tão necessária ao estudante de filosofia que não quer ser ministro de estado, nem ter empregos públicos. Onde, por agora, somente explicaria a primeira parte da ética e a Jurisprudência Natural, que é necessária a todo o homem. Porém, quando o estudante quisesse seguir a Lei, etc., neste caso obrigá-lo-ia a que a estudasse e completasse o estudo da Ética antes de entrar na Lei. **A razão disto é porque a Jurisprudência Civil, tão necessária a todos os que tem empregos públicos, não se pode separar da ética sem cair em infinitos erros, porque homem que não despe primeiro, por meio da Ética, os vícios do ânimo, todas as acções deste homem não são officios, mas vícios e**

¹⁴⁹ Idem, p. 136-137

maldades. A política sem ética é arte de enganar, pois só é bom cidadão o que é homem bom. Onde, quem quer seguir aqueles empregos deve unir a prudência com os princípios da Ética¹⁵⁰.

Ainda, retornando a questão da bibliografia útil no estudo da Ética, temos inseridos no grupo as obras a serem descartadas: a Ética de Espinosa, que “tira a liberdade ao Homem e confunde o homem com Deus, e tudo debaixo de belíssimas expressões que podem enganar qualquer”¹⁵¹; a de Thomas Hobbes, que “...foi um grande filósofo e geômetra, e também em matéria de prudência civil escreveu mui bem nos seus três livros intitulados *Elementa Philosophica de Cive*, aonde trata do Direito Natural e das Gentes; mas entre eles introduziu mil hipóteses falsas e temerárias, e é um verdadeiro Epicureu”¹⁵². Mas, ainda temos a surpreendente entrada neste grupo da Ética de Locke, já que alguns autores¹⁵³ ressaltam a extrema semelhança entre os escritos de Verney e de Locke no que diz respeito à Ética. Verney não nega os valores destes autores para a Filosofia, a Política e a Ética, mas adverte que:

O certo é que estes autores têm muita coisa boa, e também muita má; onde, **não servem senão para homens feitos e bem fundados nos princípios da Religião Católica, que os podem ler sem perigo e deles tirar o que é útil.** Digo isto a V.P., porque, como creio não terá toda a noticia destes livros estrangeiros, não suceda enganar-se, aconselhando a algum dos seus amigos ou discípulos a leitura destes semelhantes autores, que freqüentemente se acham citados com grande louvor por alguns, que não explicam, nem distinguem isto bem¹⁵⁴.

Apesar de seus valores culturais, tais obras só são recomendáveis a homens bem preparados e bem seguros, acima de tudo na fé católica. Afinal, algumas idéias ali contidas poderiam ser sediciosas, poderiam romper ou enfraquecer a estrutura do mundo ali arquitetado. É importante ressaltar que a referência ao possível desconhecimento ou falta de

¹⁵⁰ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p. 292-293

¹⁵¹ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p. 297

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ NEVES, Guilherme P. *Luís Antônio Verney*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000; PEREIRA, José Esteves. **Percursos de História das Idéias**.

¹⁵⁴ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, Op. Cit, p. 298, grifo nosso.

acesso de “notícia” das obras nos reporta a uma alusão ao sistema de censura vigente no reino português, principalmente através da Inquisição e da Real Mesa Censória. A sua modernidade, portanto, ainda estava atrelada a tradição filosófica e religiosa, representada aqui no caso da ressalva a obra de Maquiavel. Autor que detinha uma visão perniciosa de determinadas idéias para a religião católica e ao entendimento da estrita relação entre religião e vida política, já que só seria um bom cidadão aquele que não fosse um bom cristão. Para Verney, prevalece o contrário. Neste caso, não se diferenciava muito dos demais religiosos, inclusive jesuítas. Sua Ética tinha uma funcionalidade clara ao associá-la a religião católica.

4.2 Jurisprudência Verneyniana: A Questão das Leis e o Neotomismo

Nesta seção darei especial atenção para a questão da Jurisprudência Civil abordada por Verney nas cartas undécima do terceiro volume (*Estudos Filosóficos*) e na décima terceira do quarto volume (*Estudos Médicos, Jurídicos e Teológicos*) do seu *Verdadeiro Método de Estudar*. Tentarei entender a idéia de Jurisprudência apresentada e sua função, mostrando a permanência de idéias tomistas na compreensão de Verney sobre as Leis que regem o mundo dos homens.

A décima terceira carta, do quarto volume do *Verdadeiro Método de Estudar*, é dedicada à questão da avaliação e proposição de meios para o estudo da Jurisprudência em Portugal. Nesta carta Verney afirma que a Jurisprudência é uma conseqüência direta da Ética e indireta da Filosofia. Esta, segundo Verney, se divide em dois caminhos: 1) a Lógica e a Física, que cuidam de conhecer “as coisas bem”; 2) a Ética, como dito acima, responsável pela busca do Sumo Bem e dos meios para atingir a felicidade. A Ética, por sua vez, estaria dividida em três campos: 1) a Ética propriamente dita, que cuida do Sumo Bem e dos meios para o conseguir; 2) a Jurisprudência Natural ou Universal, que “... expõe os diversos ofícios

e obrigações do homem, que deve fazer, para se conformar com a recta razão”¹⁵⁵; e a Política, que “considera as acções dos homens, enquanto são úteis a comunidade civil”¹⁵⁶.

Após esta definição prévia, Verney passa a analisar a cultura jurídica lusitana, por ele considerada como atrasada e equivocada. Os principais problemas identificados por ele estão na Lógica peripatética que norteia o primeiro ano de estudos, mas, acima de tudo, na utilização de formas silogísticas¹⁵⁷ na composição e expressão dos jurisconsultos portugueses. “Falhas” já percebidas por nós em análise de outras cartas, são reforçadas, ainda, pelo não domínio da História Antiga¹⁵⁸, principalmente no que se refere à Jurisprudência; ao preconceito com a cultura estrangeira e excesso de zelo pela tradição jurídica no reino; e o recorrente desconhecimento de outras línguas, tidas por Verney como importantes para o estudo do Direito Civil, como o Latim, o Grego... . Assim, tem-se uma duração de oito anos para o ensino da Jurisprudência e a formação de um jurisconsulto no reino Lusitano. Deste tempo, Verney argumenta que se o estudante

...soubesse que a Gramática e Latim se podem saber em dois anos, e a Retórica no terceiro; que um simples ano de Lógica, se for boa e bem explicada, lhe pode dar grande luz para entender a Lei; que, lendo bem uma Ética antes de entrar na Lei, e entendendo bem a História, tem feito a metade do caminho, etc., — então compreenderia que lhe aconselhamos, não coisas impossíveis, mas mui fáceis, e que, seguindo a Lei pelo método que dizemos, não empregaria tanto tempo, e sairia com mais utilidade. E, tendo bebido estes princípios, ficava apto para, no discurso da vida e dos estudos, adiantar-se incrivelmente. Onde, a razão intrínseca persuade que o Jurista pode e deve saber outras muitas coisas.¹⁵⁹

¹⁵⁵ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. IV, p. 112

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Segundo Carvalho Junior: “Silogismo é um processo habilíssimo de argumentar ensinado por Aristóteles no Organon e usado com fanático excesso pelos seus postiladores da Idade Média. Os escolásticos recorriam ao silogismo como um instrumento infalível nas especulações Teológicas e metafísicas. São assaz complexas as regras da silogística. O Silogismo poderia ser considerado de forma sintética como uma metáfora donde se retiram determinadas conclusões. Por exemplo: Todo homem é animal. Pedro é Homem, logo Pedro é animal”. In: CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira. **Verney e a Questão do Iluminismo em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2005. p. 39. Para um crítica mais contundente a Lógica Peripatética e ao Silogismo derivado dela, ver carta oitava do terceiro volume do Verdadeiro Método de Estudar.

¹⁵⁸ Sobre a importância dada a História no aprendizado dentro do método apresentado por Verney ver: SILVA, Iverson Geraldo da. *A Retórica de Verney e a Ilustração Católica Portuguesa*. In: **Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural – Mundos da Imagem: do texto ao visual**. Florianópolis: CD-Room, 2006. ISBN 8598958034, p.2105-2114

¹⁵⁹ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. IV, p. 143

Seria a simplificação e a objetivação do ensino que permitiria que os juristas portugueses atingissem o mesmo nível dos estrangeiros, que na opinião de Verney são os melhores, particularmente aqueles que os portugueses “... desprezam, e a quem chamam ignorantes”¹⁶⁰, ou seja, franceses, ingleses, holandeses e alemães. Para demonstrar que a idéia por ele apresentada já é utilizada em outras terras, apresenta inúmeros juristas daquelas nações e um jurista português jesuíta chamado Antônio de Gouveia (1505-166).

Nesta carta existem poucas referências aos chamados “peripatéticos”, ou jesuítas. Isto não nos impede de aventar que haja uma concordância com a forma que eles trabalhavam, seja pelo exemplo citado acima ou pela reprodução de um entendimento das Leis típico do neotomismo, como demonstraremos abaixo. Neste caso é importante salientar a crítica designada à Universidade de Coimbra¹⁶¹ no início da carta quando Verney, reportando-se ao seu suposto interlocutor, na figura fantasiosa de um religioso cappuchinho, afirma que seria alvo de risadas e atestado de loucura se os membros juristas daquela instituição soubessem dos seus escritos sobre a Jurisprudência Civil.

Finalizando sua análise sobre a cultura jurídica portuguesa, Verney apresenta um plano moderno de estudo do Direito Civil, reafirmando posições já apresentadas: conhecimento da História do Direito Civil; ajustamento de um aprendizado de Filosofia (lógica, Física e Ética) dentro dos moldes “modernos”; conhecimento da História romana, assim como da Cronologia e Geografia, permitindo o entendimento das leis romanas; posteriormente, depois de percorrido este caminho, a dedicação ao estudo das Instituições de Justiniano (...).

¹⁶⁰ Idem, p. 148

¹⁶¹ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. IV, p. 111

Quentin Skinner, em *As Fundamentações do Pensamento Político Moderno*, ao abordar o que chama de *Ressurgimento do Tomismo*, afirma que os inicianos, diante das teorias protestantes sobre a Igreja e a Sociedade Política, buscaram refúgio na chamada *via antiqua* da escolástica em detrimento da *via moderna*, considerada muito próxima das teorias protestantes. Surgia, deste modo, o neotomismo enquanto uma “resposta” às formulações teóricas – fossem da área política, epistemológica e teológica – do protestantismo. Os tomistas, portanto, ao formularem sua Teoria da Sociedade Política partiram do princípio defendido por São Tomás de Aquino de que o homem é um ser social, sociável e político, acima de tudo¹⁶². Aplicaram, ainda, a tese, de acordo com a *via antiqua*, de que “... o homem tem a capacidade de usar seu raciocínio para criar os alicerces morais da vida política”¹⁶³. A partir deste momento, portanto, retomaram a concepção de que o homem estava inserido em um universo harmônico, arquitetônico e regido por uma hierarquia de Leis¹⁶⁴. Estas seriam a formas de ordenar o homem e sua sociedade. Como lembra Rubem Barboza Filho, no pensamento tomista “a Legislação ganha o estatuto de arte principal da cidade e da política, pois seria dela a responsabilidade de manter o ordenamento e a harmonia do todo social, ou seja, a sua perfeição (...)”¹⁶⁵. Assim, os teóricos tomistas

Em primeiro lugar colocaram a Lei Eterna (*Lex Aeterna*) pela qual age o próprio Deus. A seguir, vem a Lei Divina (*Lei Divina*), que Deus revela diretamente aos homens nas escrituras e sobre a qual a igreja foi fundada. Segue-se a Lei da Natureza (*Lex Naturalis*, as vezes denominada *Ius Naturale*), que Deus ‘implanta’ nos homens, a fim de que sejam capazes de compreender seus desígnios e intenções para o mundo. E por último aparece a Lei Humana Positiva, diversamente designada por *Lex Humana*, *Lex Civilis* ou *Ius Positivum*, que os homens criam e promulgam para si próprios com o objetivo de governar as republicas que estabelecem.¹⁶⁶

¹⁶² O homem possuiria, na concepção escolástica, diversos graus de sociabilidade, da família, sendo a primeira unidade, até a composição de republicas compostas da reunião de diferentes comunidades (formadas, por sua vez, pela reunião de várias famílias). Para tanto ver: CATÃO, Leandro. *Sacrílegas palavras*

¹⁶³ SKINNER, Quentin. *As Fundações do pensamento político moderno*, p. 426

¹⁶⁴ Idem, p. 426; CATÃO, *Sacrílegas palavras...*, Op. Cit., p. ; VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado...**, Op. Cit., p. 27; BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e Artificio**. p. 292-293

¹⁶⁵ BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e Artificio**. p. 181

¹⁶⁶ SKINNER, Quentin. *As Fundações do pensamento político moderno*, p. 426

Formulado este ponto, segue Skinner, os tomistas se dividem em dois grupos, referentes à questão da interação entre a relação da Lei Natural (tida como fundamental a Teoria Tomista), a vontade divina e as leis positivas. Inicialmente alguns teóricos dominicanos e jesuítas, os realistas, associaram

... a idéia da Lei Humana Positiva com a Lei da Natureza. Eles salientam que, para que as leis positivas criadas pelos homens assumam o caráter e autoridade de leis genuínas, devem ser compatíveis, em todos os momentos, com os teoremas da justiça natural propostos pela lei da natureza. Assim, essa última fornece uma estrutura moral dentro da qual devem operar todas as leis humanas...¹⁶⁷.

Posteriormente os neotomistas, principalmente os jesuítas,

... associa[m] a lei da natureza à vontade de Deus e, portanto, às leis divinas e eternas. A lei da natureza, afirmam, possui dupla essência. Ela incorpora a qualidade de lei por ser *intellectus* (intrinsecamente justa e racional) e por ser *voluntas* (a vontade de Deus). Por conseguinte, esses autores assumem uma posição tomista, a meio caminho entre os primeiros realistas, de um lado, para quem a lei da natureza era legítima simplesmente por ser justa, e, de outro, os nominalistas, que apareceram mais tarde e para os quais tal lei era legítima porque expressava a vontade de Deus¹⁶⁸.

Ao explorar os escritos de Verney sobre a Ética nos deparamos com uma abordagem da questão das Leis semelhante a esta forma de raciocínio apresentando pelos teóricos da neoescolástica. Primeiro, por sua adesão a idéia de que os homens são seres sociais e sociáveis. Ao mesmo tempo, percebe que o homem, como ser social, encontra-se integrado em um universo harmônico regido por leis. Portanto, quando aborda a questão da ligação entre aquela e a jurisprudência, Verney acaba reproduzindo a relação neotomista entre as leis divina, eterna, natural e positiva, concluindo que:

Sendo a ética deduzida da boa razão, excita nos homens os princípios do direito natural, dos quais se tiram as decisões dos casos particulares. A falta desta erudição é causa que tanta gente erre nesta matéria, porque põem infinita distância entre cada uma destas leis.

¹⁶⁷ Idem, p. 426

¹⁶⁸ Idem, p. 426-427

Mas a verdade é que a Lei Divina, a Natural, a das Gentes, são a mesma Lei: toda a diversidade está no modo da publicação. A divina foi publicada pela boca de Deus; a natural é a mesma Lei Divina proposta aos Homens pela faculdade que a alma tem de conhecer o bem; a das Gentes é a mesma Lei Natural posta em execução por povos inteiros. Além disto, a Lei Civil e Eclesiástica, pelo que respeita a honestidade das acções humanas, é em tudo conforme à boa razão. Este é o motivo por que povos tão diferentes de língua, de país, de costumes, abraçaram o direito romano: por ser uma filosofia moral, reconhecida justa pela maior parte dos homens. Onde, disse com razão Cícero (a) que estimava mais as leis da XII Tábuas que todas as bibliotecas de filósofos. **O certo é que elas foram e são estimadas, não por outro principio, senão por serem racionáveis; e lei que não é deduzida da boa razão não merece o nome de lei.** A lei eclesiástica, já se sabe que se conforma em parte com a Escritura e Tradição, e em parte com a Civil; onde fica supérfluo provar que é racionável¹⁶⁹.

Verney, deste modo, mostra-se herdeiro do pensamento escolástico e de suas formulações teóricas referentes às Leis, chegando a reproduzir o esquema das Leis entendido pelos tomistas. Mesmo apontando a questão da utilização da “boa razão” como princípio básico da utilização e aplicação das leis civis, estas possuem uma relação intrínseca com suas origens e com a Lei Natural.

Um pouco mais a frente, Verney retoma a questão das leis, suas origens e funções afirmando que:

Advertirá, pois, que todas as leis têm o mesmo principio, v.g.: **Lei Natural é a mesma Divina, com a diversidade que aquela conhece-se pela luz da razão, esta foi publicada e escrita por Deus; a Lei das Gentes é a mesma Natural, enquanto olha para as acções externas.** A razão disto é manifesta, porque a mesma Jurisprudência Natural, que ensina a conformar as acções com a Lei Natural, tem dois fins: o primeiro, subordinado à Ética, para que os homens que amam a Deus tenham regra certa de regular as acções; o outro fim a que chamam segundo, é promover a externa felicidade de todos os homens, para o que basta a acção externa. Não obstante que, para se obrar bem, deva unir-se uma com a outra. Onde, se olharmos para cada homem só, o fim da Lei Natural consiste na acção interna e externa; se olharmos para a mesma como aplicável a todas as Gentes, a que chamamos *Jus Gentium*, só se olha para a acção externa, que é o fim imediato que Deus teve quando criou a natureza humana. O que mostra que a Lei Natural e das Gentes é a mesma lei: a primeira,

¹⁶⁹ VERNEY, **Verdadeiro Método de Estudar**, vol. III, p. 260-261; negrito nosso.

aplicada a cada homem; a segunda, a todos. O que é necessário entender bem, para se livrar de alguns prejuízos e mal fundadas opiniões que se acham nesta matéria.

Segue-se saber qual seja a Lei Divina Positiva Universal e Particular; qual a Humana, tanto Civil, como Canônica; isto historicamente. Finalmente, deve advertir quais são as propriedades da Lei – *publicação, interpretação, revogação* etc. – o que é muito necessário para os ditames civis. E aqui entra por coroa saber qual é aquela particular prudência do entendimento que nos ensina a conformar as acções com a Lei, a que chamam *Consciência*, e suas divisões, e como se deve regular o Homem por ela. Compreende isto a longa disputa das probabilidades, que certamente não é própria deste lugar.¹⁷⁰

Em sua décima terceira carta, do quarto volume do *Verdadeiro Método de Estudar*, Verney reafirma tal idéia, da seguinte maneira:

Todas estas leis reconhecem, como já dissemos, a mesma origem: porque Lei Natural, Lei Divina, Lei das Gentes são a mesma Lei com diversos respeitos. Da Jurisprudência Natural nasceram todas as leis civis, e principalmente as Leis Romanas, de que nós hoje usamos. De que 5 fica claro que quem não sabe os princípios da Jurisprudência Natural, não pode entender bem a Romana, que é a mesma Lei Civil.¹⁷¹

Portanto, como já dito, Verney, reproduz uma das idéias centrais da neoescolástica. O filósofo não rompe com a idéia propagada por grandes teóricos jesuítas de que o universo é regido por leis (eterna, divina, natural e humana), e que todas são oriundas da vontade divina e estão integradas. Mais do que isso, ao propor uma associação entre a Lei Natural e a Lei das Gentes, arrisco uma aproximação de Verney com aquela segunda corrente de pensadores tomistas nas suas formulações sobre a teoria da sociedade política e a relação da Lei Natural com a Divina e a Humana. Ou seja, compreendemos que Verney está associado àquele segundo grupo, ao pensar que as Leis estão todas interligadas e são todas fruto da vontade Divina. Assim, a Lei Natural e a Divina estão ligadas, e a última não altera a primeira. Ao

¹⁷⁰ Idem, p. 289-290; grifo nosso.

¹⁷¹ VERNEY, *Verdadeiro Método de Estudar*, vol. IV. p. 112-113, negrito nosso.

mesmo tempo a Lei Natural e a Humana (Positivas) estão interligadas, e a Humana não pode ir contra a Lei Natural. Principalmente porque

a lei natural não apenas orienta e normatiza o comportamento humano na sociedade, como protege cada homem e sua esfera de liberdade dos abusos do poder e dos outros homens. (...). [assim como] a lei natural pode se transformar em matéria de interpretação e adaptação pela lei humana, conduzida pela razão¹⁷².

Assim, tentei demonstrar que Verney – apesar de condenar o ensino jesuítico em outras cartas do seu *Verdadeiro Método de Estudar*, de contestar o método que ele chama de peripátetico e criticar as más interpretações do aristotelismo – de fato reproduz um dos alicerces fundamentais do pensamento escolástico, principalmente no campo da ética e da jurisprudência. Por mais que buscasse um rompimento com a escolástica, Verney conservou o “arcabouço expositivo do pensamento escolástico”, como lembra Cláudia Heynemann citando Antônio Paim: “[o empenho] é muito mais de conciliação que de ruptura com o passado. A tradição escolástica marcou o pensamento português muito mais do que seria lícito admitir à primeira vista”¹⁷³. Sua concepção “moderna” é, portanto, herdeira do neotomismo, é “medieval moderna”¹⁷⁴, bem como *católica ilustrada*. Quando tenta, em toda sua obra, criticar o predomínio das escolas jesuíticas e de suas concepções teóricas no reino, fica evidente que se trata muito mais de uma disputa política do que epistemológica, moral, jurídica ou pedagógica, conforme sugere o título da obra.

¹⁷² BARBOZA FILHO, Rubem. **Tradição e Artificio**. Op. Cit., p. 182

¹⁷³ PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. 5.a ed. Londrina: Editora UEL, 1997, p. 304
Apud: HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. **As Culturas do Brasil**. Op. Cit. P. 230

¹⁷⁴ DOMINGUES, Beatriz Helena. **Tradição na Modernidade e Modernidade na Tradição**. Op. Cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verney com o seu *Verdadeiro Método de Estuda.* é comumente identificado como crítico dos jesuítas, do ensino por eles ministrados e da sua base epistemológica, o neotomismo. Contudo, a análise de partes desta obra me deu indícios para além desta identificação. Quando Verney, reportando-se à questão da Filosofia, Lógica e Física, se utiliza de forma homogênea e de modo acrítico das principais contribuições para estas áreas entre os séculos XVII-XVIII – e ainda coloca-se dentro de uma roupagem moderna para isso –, percebe-se o claro intuito de desqualificar, principalmente, o programa pedagógico dos jesuítas. Notamos sinais da utilização e incorporação do discurso *ilustrado* dito moderno apontando-o como meio de superação de um *atraso* pedagógico de Portugal atribuído aos inicianos. Por outro lado, percebemos suaves indícios e sinais de um atrelamento, por parte de Verney, à sua tradição religiosa e formação cultural tradicional legatária do pensamento neoescolástico. Isto se tornou claro ao perceber que também para Verney: 1) a ciência não está separada da religião, servindo até mesmo para a comprovação da existência de Deus a partir de verdade reveladas; 2) prevalece a idéia de que a Ética foca o Sumo Bem do individuo e para tal deve-se valer a equação bom cristão = bom cidadão; 3) ao abordar a questão da Jurisprudência se apropria das formulações neotomistas que percebem o homem enquanto ser social integrado a um universo com um todo harmônico ordenador por Leis.

Associando o *texto a sua intenção*, como sugere LaCapra, percebemos que fugiu a Verney o controle sobre a *intenção* de crítica aos jesuítas da sua obra e a sua tradição cultural

responsável por sua formação. Apesar de objetivar a crítica aos inacianos, não rompeu com sua tradição cultural, muito menos com o conhecimento estabelecidos pela neoescolástica.

Estes vestígios nos levaram a integrar Verney e o seu *Verdadeiro Método de Estudar* a um projeto político de limitação da hegemonia jesuítica na cultura portuguesa. Este projeto é geralmente associado ao período do tutelado do Marquês de Pombal em Portugal, durante o governo de D. José I (1750-1777), mas pode ser percebido até mesmo antes, a partir do governo de D. João V (1707-1750). No governo joanino, na primeira metade do setecentos, houve forte investimento em uma “renovação” cultural e no fortalecimento da Ordem dos Oratório em Portugal, o que resultou na ascensão desta ordem dentro do século XVIII como opositora no campo pedagógico aos jesuítas. Os oratorianos, com apoio financeiro e privilégios reais concedidos por D. João V, buscaram introduzir no Reino novas concepções científicas, filosóficas e epistemológicas no intuito de romper com o predomínio dos inacianos.

Conforme vimos, Luis Antônio Verney era oratoriano e, portanto, embutido da mesma idéia da Ordem religiosa a qual pertencia. Mas não era um oratoriano qualquer, Verney viveu 55 anos em Roma mantido pelos privilégios reais. De forma que, a associação entre Verney e sua obra ao intuito do governo joanino de “renovação” da cultura portuguesa e limitação da preeminência jesuítica, parece aqui totalmente cabível. Neste trabalho, empreendi a análise de determinadas cartas e temas do *Verdadeiro Método de Estudar* de modo a corroborar esta hipótese.

Creio que este estudo não desqualifica as análises anteriores acerca de Verney e sua obra, que os colocam como o principal veículo para a discussão da questão da Ilustração em Portugal e inspirador das Reformas Pombalinas dos estudos. Mais do que isso, que apontam apenas a faceta de oposição e crítica aos jesuítas, apontado-os como responsáveis pelo obscurantismo em Portugal. Pelo contrário, o que pretendi foi integrar o meu estudo aos

demais acrescentando-o à concepção abrangente e heterogênea da idéia de Ilustração. Corporificada pela *Ilustração Católica*. O que busquei através de minha análise, foi problematizar um pouco mais a relação Estado Português, Ilustração, Verney e Jesuítas. Assim, o que foi percebido é que quando se trata de pensamento científico, político e filosófico não existe uma total ruptura com aquilo que precede uma determinada corrente. E foi isto que aconteceu em Portugal no século XVIII entre a neoescolástica e a entrada das concepções oriundas das *Luzes*. A Ilustração Portuguesa, portanto, ou ao menos a Ilustração Católica praticada por Verney no *Verdadeiro Método de Estudar*, conjugou de forma bem sucedida, em meu entender, “antigo” e “moderno”, “tradição” e “modernidade”, não vendo problema na articulação de uma nova proposta pedagógica pautada na Ilustração para Portugal com elementos do conhecimento tradicional da neoescolástica, ainda que retoricamente se apresentando como instrumento para enfraquecer o papel dos jesuítas na educação e na cultura portuguesa.

REFERÊNCIAS

- FONTES

VERNEY, Luís Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar**. [1746] Ed. Org. por Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949. 5v.

- BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS

ALTAMIRO, Carlos. *Idéias para um programa de História Intelectual*. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 9-17, 2007.

ARAÚJO, Ana Cristina. *Ilustración y Reforma de la Teologia em Portugal em el Siglo XVIII*. **Cuar. Diecioh.**, n. 2, p. 261-279, 2001.

BERNARDO, Luís Miguel. *Concepções sobre a natureza da luz no século XVIII em Portugal*. **Revista da SBHC**, n. 19, pp. 3-12, 1998.

DIAS, Maria Odília da Silva. *Aspectos da ilustração no Brasil*. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, vol. 278, janeiro-março de 1968.

DOMINGUES, Beatriz Helena. *A disputa entre “cientistas jesuítas” e “cientistas iluministas” no mundo ibero-americano*. **Numen**, vol. 9, 2002, Juiz de Fora, Ed. UFJF.

. *Algumas considerações sobre a relação entre Modernidade, Barroco e Iluminismo no mundo ibérico*. In: **Paisano Online Journal**, number III, Summer 2001. http://www.la.utexas.edu/paisano/paisano_three/index.html, University of Austin, Austin, Texas, USA.

- _____. *Clavijero e a Ilustração*. **Locus**, vol 1, 2003, Juiz de Fora, Ed. UFJF.
- _____. *Memórias jesuíticas do Brasil do qual foram expulsos: João Daniel e os tesouros do Rio Amazonas*. In: PRADO, Maria E. (org.). **Tradição e modernidade no Mundo Ibero-Americano**. Atas do Colóquio Internacional. Rio de Janeiro: CNPq, 2004.
- _____. *O aristotelismo medieval e as origens do pensamento científico moderno*. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, 1986.
- FERNANDES, Rogério . *Bocage e a Educação Entre Dois Séculos*. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, 1, pp. 15-26, 2006
- FRANCO, José Eduardo. *Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuítismo do Marquês de Pombal*. **REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES** – Ano IV, 2005 / n.º 7/8 – 247-268
- HANSEN, João Adolfo. *Ilustração católica, pastoral árcade et civilização*. In: **Oficina do Inconfidência**, Ouro Preto-MG, ano 4, nº 3, p. 13-47, dezembro de 2004.
- LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTI, Eliás José (Org.). **Giro lingüístico e historia intellectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- MASSIMI, Marina. *A Psicologia dos Jesuítas: Uma Contribuição à História das Idéias Psicológicas*. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001, 14(3), pp. 625-633
- NOVAIS. Fernando A. *O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, nº 4, vol. 7, março 1984. p.105-118
- OLIVEIRA, Ricardo de. *Política, Diplomacia e o Império Colonial Português na Primeira Metade do Século XVIII*. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, 2002, p. 251-278.
- SILVA, Iverson Geraldo da. *A Retórica de Verney e a Ilustração Católica Portuguesa*. In: **Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural – Mundos da Imagem: do texto ao visual**. Florianópolis: CD-Room, 2006. ISBN 8598958034, p.2105-2114
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O pensamento científico no Brasil na segunda metade do século XVIII*. **Ciência e Cultura**. São Paulo, 40 (9), setembro, 1988.
- VAZ, Francisco António Lourenço. *O Catecismo no Discurso da Ilustração Portuguesa do Século XVIII*. In: **Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias**, Vol. X, Lisboa, 1998, p. 217-240

TESES E DISSERTAÇÕES

- CANTARINO, Nelson Mendes. **Ousando Saber: José Anastácio da Cunha e as Luzes em Portugal (1744-1787)**. Dissertação de Mestrado. UFF, 2006.
- CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira. **Verney e a Questão do Iluminismo em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2005.
- CARVALHO, Flavio Rey. **Um Iluminismo Português? A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2007.
- CUNHA, Karla Pereira. **Gabriel García Márquez e Octavio Paz: a questão da identidade ibero-americana em Cien Años de Soledad e El Laberinto de la Soledad**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2007.
- ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes : a Congregação do Oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2004.
- CATÃO, Leandro Pena. **Sacrílegas Palavras: Inconfidência e Presença Jesuítica nas Minas Gerais Durante o Período Pombalino**. Tese de Doutorado. UFMG, 2005.
- MENDES, Alexandre Claro. **O Verdadeiro Método de Estudar: o impasse entre o antigo e o moderno**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2006.
- MORAIS, Regina Célia de Melo. **L. A. Muratori e o Cristianismo Feliz na missão dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 2006
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Uma sinfonia para o novo mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do antigo sistema colonial**. Tese de doutorado. UFRJ, 1998.
- PORTELLA, José Roberto Braga. **DESCRIPÇOENS, MEMMÓRIAS, NOTÍCIAS E RELAÇOEN: Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do Século XVIII**. Tese de Doutorado. UFP, 2006.
- SILVA, Ana Rosa Clochet. **Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português: 1750-1822**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2000.
- SILVA, Luis Gustavo Cruz e. **Segredos do Príncipe ou Jerônimo Osório e de como reagiu o mundo católico da Ibéria às idéias de Nicolau Maquiavel - (Séculos XVI e XVII)**. Dissertação. UFJF, 2008.

SILVA, Iverson Geraldo da. **“Écrasez L’infâme!”**. **Ilustração Francesa, Inquisição Ibérica e Cultura Clerical: as Visões de Montesquieu e Voltaire**. Monografia. UFJF, 2005.

VARGAS, Adson Luiz. **A PÁTRIA NO ALTAR - CLERO, RELIGIÃO E RESISTÊNCIA: o caso da Inconfidência Mineira**. Dissertação de Mestrado. UFJF, 2005.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: usos do livro na América Portuguesa**. Tese de Doutorado. USP, 1999.

LIVROS

ABREU, Martha & GONTIJO, Rebeca & SHOIHET, Rachel (Orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AZEVEDO, J. L. de. **O Marquês de Pombal e a Sua Época**. Lisboa: Livraria Clássica, 1990.

BANHA DE ANDRADE, A. A. **Verney e a projecção da sua obra**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

BIRELEY, Robert. **The Counter-Reformation Prince. Anti-Machiavellianism or Catholic Statecraft in Early Modern History**. Chappel Hill and London: The University of North Caroline Press, 1990.

BRAGA, Marco & GUERRA, Andréia & REIS, José Claudio. **Breve História da Ciência Moderna**. 3vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, Rômulo de. **A Astronomia em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.

_____. **A física experimental em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

_____. **História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

- _____. **A História Natural em Portugal no Século XVIII.** Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.
- CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo.** Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- _____. **O Mito do Estado.** São Paulo: Condéx, 2003.
- CERQUEIRA, Luiz Alberto. **Aristotelismo e Antiaristotelismo.** Rio de Janeiro: Agora da Ilha, 2000.
- CIDADE, Hernani. **Ensaio sobre a crise mental do século XVIII.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva, 1978.
- CHACON, Vamireh. **A Grande Ibéria.** São Paulo: Unesp, 2005.
- CHAUNU, Pierre. **A civilização da Europa das Luzes.** Lisboa: Editorial Estampa, 1985. v. 1
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- CIDADE, Hernâni. **Lições de cultura e literatura portuguesa.** Coimbra: Coimbra Editora, 1984
- DEL PRIORI, Mary. **Mal sobre a terra.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. **Tão Longe, Tão Perto: a Ibero-América e a Europa Ilustrada.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- _____. **Tradição na Modernidade e Modernidade na Tradição: a Modernidade Ibérica e a revolução Copernicana.** Rio de Janeiro: COPPE, 1996.
- DURANT, Will. **A História da Filosofia.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- EISEMBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina.** São Paulo: Ática, 1982.
- FERNANDES, Rogério. **O Pensamento Pedagógico em Portugal.** Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- FILHO, Rubem B. **Tradição e Artificio.** Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GAY, Peter. **The Enlightenment: an interpretation.** N. Y., London: W.W.Norton & Company, 1977.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **Nenhuma Ilha é Uma Ilha.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- _____. **O Fio e os Rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Relações de Força**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GÓNGORA, Mario. **Studies in the Colonial History of Spanish América**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII**. Lisboa: Presença, 1989.
- HESPANHA, António Manuel. (org.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Estampa, 1993.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. **As Culturas do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2008. (No prelo)
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso, ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.
- MARAVALL, José Antonio. **Estudios de Historia del pensamiento español**. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.
- MATTOSO, José (Direção). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. v. IV
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PAIVA, Eduardo França. **Brasil – Portugal: Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Annablume, 2006.
- PEREIRA, José E. **Percursos de História das Idéias**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. de Oliveira. **Narrar o passado, repensar a História**. Campinas, Ed. Unicamp, 2000.
- RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve História da Censura Literária em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- ROSSI, Paolo. **A Ciência e a Filosofia dos Modernos**. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. **O Nascimento da Ciência Moderna na Europa**. São Paulo: Edusc, 2001.
- RUBENSTEIN, Richard E. **Herdeiros de Aristóteles**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia M. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: companhia das Letras, 2002.

- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TEIXEIRA, Ivan Prado. **Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica**. São Paulo: Ed. USP, 1999.
- TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. São Paulo: Edusc/Unesp, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VAZ, Francisco António Lourenço. **Instrução e Economia: as Idéias Económicas no Discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)**. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- VENTURI, Franco. **Utopia e Reforma no Iluminismo**. São Paulo: Edusc, 2003.
- VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VOVELLE, M. (Org.). **O homem do iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997.